EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

ASSÉDIO SEXUAL EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: PREVALÊNCIA, CARACTERIZAÇÃO E IMPACTO PSICOSSOCIAL

Trabalho submetido por
Margarida da Mota Cardoso Ramos
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e Saúde

julho de 2024

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

ASSÉDIO SEXUAL EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: PREVALÊNCIA, CARACTERIZAÇÃO E IMPACTO PSICOSSOCIAL

Trabalho submetido por
Margarida da Mota Cardoso Ramos
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho orientado por
Jorge Cardoso

e coorientado por
Marta Reis

julho de 2024

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha gratidão aos meus pais por me terem proporcionado esta oportunidade única. Sem o amor, o apoio incondicional e os sacrifícios que fizeram ao longo dos anos, nada disto seria possível. Agradeço bastante por estarem sempre ao meu lado, incentivando-me e orientando-me durante o meu percurso académico e pessoal.

Ao meu namorado, Gustavo, agradeço por todo o apoio, carinho e pelo papel fundamental que desempenhou nesta fase desafiante. A motivação constante e o apoio emocional foram essenciais para superar os momentos mais difíceis. A tua presença significou mais do que as minhas palavras podem expressar e sou imensamente grata por te ter ao meu lado.

Aos meus amigos, especialmente à Neni, Carol e Leo, expresso os meus sinceros agradecimentos por terem estado presentes ao longo desta caminhada. Nos momentos mais desafiantes, quando eu mais duvidava de mim mesma e das minhas capacidades, vocês não só me deram apoio, mas também me motivaram a continuar. A vossa presença foi fundamental para superar todos os desafios que enfrentei e para alcançar este momento tão importante para mim. Agradeço do fundo do coração por esta amizade tão bonita.

À minha família, especialmente à minha avó, ao meu irmão mais velho e ao meu tio Nelinho, expresso a minha profunda gratidão pelo apoio incondicional em cada etapa desta jornada. Estou verdadeiramente grata por vos ter ao meu lado, sempre a apoiar e a incentivar os meus sonhos.

Por fim, expresso os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Jorge Cardoso, e à minha coorientadora, Prof. Marta Reis, por me acompanharem de maneira dedicada ao longo deste processo. A vossa orientação, apoio e disponibilidade foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço por nunca me deixarem sozinha e por partilharem o vosso conhecimento e experiência.

Declaração de Honra

Código | IMP-EM-EI-111_00

Declaro, por minha honra, que o presente trabalho académico é original e foi elaborado por mim próprio (a), não se tendo recorrido a quaisquer outras fontes, para além das indicadas, usadas, adotadas literalmente ou adaptados a partir dos seus originais (em fontes impressas, não impressas ou na internet) e encontram-se adequados, identificados e citados, com observância das convenções do trabalho académico em vigor.

Mais declaro que esta Dissertação/Tese Assédio sexual em estudantes do Ensino Superior: Prevalência, caracterização e impacto psicossocial não foi apresentada, para efeitos de avaliação, a qualquer outra entidade ou instituição, para além da(s) diretamente envolvida(s) na sua elaboração, e que os conteúdos das versões impressa e eletrónica são inteiramente coincidentes.

Declaro, igualmente, encontrar-me ciente de que a inclusão, neste texto, de qualquer falsa declaração terá consequências legais.

Data: 05/07/24

Declaração Conflito de Interesses (DCI)

Código | IMP-EM-EI-110_00

Eu Margarida Ramos, referente a Dissertação/Tese Assédio sexual em estudantes do Ensino Superior: Prevalência, caracterização e impacto psicossocial declaro que não possuo conflitos de interesse de ordem pessoal, comercial, académica, político ou financeiro.

Data: 05/07/24

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

Declaração de Financiamento

Código | IMP-EM-EI-113_00

Eu Margarida Ramos referente a Dissertação/Tese Assédio sexual em estudantes do Ensino Superior: Prevalência, caracterização e impacto psicossocial declaro que o meu trabalho não se encontra financiado.

Data: 05/07/24

Declaração de Ética e Registo

Código | IMP-EM-EI-112_00

Eu Margarida Ramos referente a Dissertação/Tese Assédio sexual em estudantes do Ensino Superior: Prevalência, caracterização e impacto psicossocial declaro que o meu trabalho se encontra aprovado pela Comissão de ética sob o número ou identificação de registo 1307.

Data: 05/07/24

Resumo

Na União Europeia, desde os 15 anos de idade, uma em cada duas mulheres experienciou assédio sexual, pelo menos uma vez ao longo da sua vida. Este fenómeno complexo, ainda que globalmente reconhecido, apresenta muitas lacunas relativamente às suas dinâmicas e diversidade de impactos, particularmente na realidade portuguesa. O presente estudo visa promover uma melhor compreensão do assédio sexual no contexto do Ensino Superior em Portugal, bem como de alguns dos fatores psicossociais que lhe estão associados, designadamente: distress, pensamentos negativos intrusivos, investimento académico e resiliência. Recorreu-se a uma amostra de 541 estudantes do Ensino Superior público e privado (M = 22,57; DP = 4,71), tendo-se utilizado os seguintes instrumentos de autorrelato: Questionário de Experiências Sexuais, Escala de Atitudes face ao Assédio Sexual, Escala de Distress, Escala de Pensamentos Negativos Intrusivos, Questionário de Investimento Académico e Escala de Resiliência. Verificaram-se correlações positivas entre as experiências sexuais não desejadas e o distress, os pensamentos negativos intrusivos e o investimento académico. Foi encontrada uma prevalência de 14,4% referente a experiências de assédio sexual, sendo 89,3% das vítimas mulheres, tendo como principal agente de perpretação colegas do sexo masculino, e destacando-se as festas no recinto da instituição e as salas de aula/laboratórios como os contextos onde mais frequentemente ocorreram estes comportamentos indesejados. Os resultados encontrados alertam para a necessidade de desenvolver políticas eficazes de prevenção do assédio sexual no contexto do Ensino Superior, bem como de implementar programas de intervenção psicológica orientados para as vítimas deste fenómeno.

Palavras-chave: assédio sexual, experiências sexuais indesejadas, estudantes do ensino superior, impacto psicológico, distress, resiliência

Abstract

In the European Union, from the age of 15, one in two women has experienced sexual harassment at least once in their lifetime. This complex phenomenon, although globally recognized, presents many gaps regarding its dynamics and diversity of impacts, particularly in the Portuguese reality. The present study aims to promote a better understanding of sexual harassment in the context of Higher Education in Portugal, as well as some of the psychosocial factors associated with it, namely: distress, intrusive negative thoughts, academic investment, and resilience. A sample of 541 students from public and private Higher Education institutions was used (M = 22.57; SD = 4.71), and the following self-report instruments were used: Sexual Experiences Questionnaire, Attitudes Toward Sexual Harassment Scale, Distress Scale, Intrusive Negative Thoughts Scale, Academic Investment Questionnaire, and Resilience Scale. Positive correlations were found between unwanted sexual experiences and distress, intrusive negative thoughts, and academic investment. A prevalence of 14.4% of sexual harassment experiences was found, with 89.3% of the victims being women. The main perpetrators were male colleagues, with institutional parties and classrooms/laboratories being highlighted as the contexts where these unwanted behaviors most frequently occurred. The results highlight the need to develop effective policies to prevent sexual harassment in the context of Higher Education, as well as to implement psychological intervention programs aimed at the victims of this phenomenon.

Keywords: sexual harassment, unwanted sexual experiences, higher education students, psychological impact, distress, resilience

Índice

Resumo 1

Abstract 3

Introdução 13

Assédio Sexual 13

Perspetiva Histórica 14

Categorização e Avaliação do Assédio Sexual 15

Dinâmicas de Assédio Sexual: Vítimas, Perpetradores e Fatores contextuais 19

Vítimas 19

Perpetradores 19

Fatores Contextuais 21

Modelos Explicativos do Assédio Sexual 21

Modelo Natural/Biológico 22

Modelo Sociocultural 23

Modelo Organizacional 24

Modelo de Transferência de Papéis de Género 25

Modelo de Quatro Fatores 26

Atitudes face ao Assédio Sexual 27

Impacto Psicológico do Assédio Sexual 27

Distress 28

Pensamentos Negativos Repetitivos 28

Investimento Académico 29

Resiliência 29

Método 31

Desenho do Estudo 31

Participantes 31

Critérios de Inclusão 31

Amostra 31

Procedimentos 34

Recolha de Dados 34

Recrutamento 34

Questões Éticas 35

Consentimento Informado 35

Confidencialidade e Anonimato 35

Instrumentos 35
Questionário Sociodemográfico 35
Questionário de Experiências Sexuais - QES (Sexual Experience Questionnaire, SEQ – Fitzgerald et al., 1988; Fitzgerald et al., 1995) 35
Escala de Atitudes face ao Assédio Sexual - EAAS (Sexual Harassment Attitude Scale, SHAS - Mazer & Percival, 1989) 36
Escala de Distress - ED (Kessler Psychological Distress Scale, K10 - Kessler et al., 2002) 36
Escala de Pensamentos Negativos Intrusivos - EPNI (Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale, PINTS – Magson et al, 2019) 37
Questionário de Investimento Académico - QPA 37
Escala de Resiliência - ER (The Resilience Scale, RS – Wagnild & Young, 1993) . 37
Análise dos Dados 38
Resultados 38
Análise Descritiva das Variáveis 38
Correlações entre Variáveis 39
Prevalência e Caracterização das Experiências de Assédio Sexual 41
Comparações entre Grupos 46
Análise de Conteúdo 49
Discussão 53
Conclusão 63
Referências 65
Anexos 81

Índice de Tabelas

Tabela 1. *Características Sociodemográficas da Amostra (N = 541)* 32
Tabela 2. *Análise Descritiva e Consistência Interna das Variáveis* 39
Tabela 3. *Correlações de Pearson entre as Variáveis* 40
Tabela 4. *Prevalência do Assédio Sexual (N= 388[1])* 41
Tabela 5. *Características Sociodemográficas das Vítimas de Assédio Sexual (N = 56)* ……42
Tabela 6. *Dinâmicas do Assédio Sexual: Agentes, Contextos e Atitudes (N= 56[1])* 44
Tabela 7. *Atitudes face ao Assédio Sexual em Função das Características Sociodemográficas* 46
Tabela 8. *Comparações entre Grupos: Não-Vítimas e Vítimas* 49
Tabela 9. *Categorização das Perceções Referentes ao Conceito de Assédio Sexual (N = 394)*……..50

Índice de Anexos

Anexo A. Protocolo de Investigação 81
Anexo B. Autorização para a Utilização dos Instrumentos 89
Anexo C. Proposta de Projeto/Dissertação 91
Anexo D. Aprovação da Comissão de Ética 109
Anexo E. Consentimento Informado 111

Lista de Abreviaturas

QES – Questionário de Experiências Sexuais

LSH – Likelihood to Sexual Harass Scale

PTSD – Perturbação de Stress Pós-Traumático

QIA – Questionário de Investimento Académico

SEQ – Sexual Experience Questionnaire

EAAS – Escala de Atitudes face ao Assédio Sexual

SHAS – Sexual Harassment Attitude Scale

ED – Escala de Distress

K10 – Kessler Psychological Distress Scale

EPNI – Escala de Pensamentos Negativos Intrusivos

PINTS – Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale

ER – Escala de Resiliência

RS – Resilience Scale

Introdução

Assédio Sexual

Na União Europeia, desde os 15 anos de idade, uma em cada duas mulheres experienciou assédio sexual, pelo menos uma vez ao longo da sua vida, verificando-se taxas médias de prevalência que variam entre o máximo de 81% na Suécia e um mínimo de 24% na Bulgária (Latcheva, 2017). De acordo com este estudo, que se fundamentou em 11 comportamentos que contemplam diferentes formas de assédio sexual dirigidas a mulheres, em Portugal foi encontrada uma prevalência de 24%.

Segundo a Legislação Portuguesa, o assédio sexual é considerado crime (Artigo 170º do Código Penal - Importunação Sexual), podendo ser definido como "todo o comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não-verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador" (APAV, 2015, p.1). O assédio sexual abrange uma ampla diversidade de comportamentos, tais como expressões com conotação sexual, olhares e gestos obscenos, piadas com conteúdos sexuais, comentários sexuais ofensivos, toques indesejados (Reilly et al., 1986), comentários inapropriados sobre o corpo, a aparência ou o comportamento sexual de alguém (Cantor et al., 2015), diferentes dinâmicas de exercício de poder (Andsager et al., 1997), microagressões sexistas, incluindo ser ignorada ou alvo de piadas sexistas (Barthelemy et al., 2016), bem como experienciar sexismo subtil (Taylor et al., 2018).

Esta temática, que tem vindo a ser cada vez mais debatida e encarada como um problema sério, começou por receber mais atenção no meio laboral (Malovich & Stake, 1990). No entanto, está presente em inúmeros contextos, incluindo contextos de ensino e desportivos, convívios sociais, transportes públicos e, cada vez mais frequentemente, via online (Burn, 2019). Estas experiências indesejadas podem ocorrer em interações cara-a-cara, bem como através de telemóveis, mensagens, redes socias, e-mail, entre outros (Burn, 2019).

Embora não constitua um problema novo, o assédio sexual no contexto do Ensino Superior apenas se tornou alvo de crescente atenção, a partir do início do presente século (Huerta et al., 2006). Em Portugal, a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) realizou um estudo sobre a violência sexual em contexto académico, tendo

constatado que 94,1% das mulheres inquiridas já haviam sido vítimas de assédio sexual (UMAR, 2018).

Perspetiva Histórica

Nos últimos anos, o assédio sexual representa uma temática cada vez mais discutida, sendo cada vez mais encarado como um problema sério. No entanto, comportamentos de carácter assediante têm estado presentes na nossa sociedade desde sempre. Historicamente, considera-se que este fenómeno emergiu quando se começaram a fazer sentir as exigências económicas decorrentes da Segunda Guerra Mundial (Harris, 1981). No início do século XX, os papéis tradicionais de género estavam claramente definidos, ou seja, havia uma evidente diferenciação dos trabalhos adequados para cada género (Sbraga & O'donohue, 2000). As mulheres desempenhavam maioritariamente tarefas domésticas, enquanto os homens trabalhavam fora de casa (Basow, 1986). Contudo, quando as consequências da guerra começaram a ser sentidas, as mulheres foram obrigadas a sair de casa e a ingressar no mercado de trabalho, substituindo os homens que tinham partido para a guerra (Sbraga & O'donohue, 2000). Esta mudança nos papéis tradicionais de género fez com que mulheres e homens começassem a interagir e a socializar de novas maneiras, alargando o espaço e conteúdo das relações entre estes, especialmente no contexto laboral (Gluck, 1987). A progressão nas alterações dos papéis foi persistindo após a guerra terminar, na medida que muitas mulheres preferiram continuar a trabalhar fora de casa, embora persistissem as expectativas associadas aos papéis tradicionais de género (Sbraga & O'donohue, 2000). As mulheres eram consideradas trabalhadoras secundárias e dispensáveis, sendo sujeitas a condições diferentes das dos seus colegas homens, incluindo diferentes tipos de trabalho, benefícios profissionais, ausência de promoções para cargos mais elevados, salários mais baixos pelo mesmo trabalho e responsabilidades distintas (Davidson & Cooper, 1992). Neste âmbito, é relevante mencionar o termo *glass ceiling*, utilizado por Davidson e Cooper (1992), que remete para a barreira invisível que impede o avanço das mulheres para posições de liderança e responsabilidade mais elevadas em contextos profissionais. Esta barreira pode manifestar-se através de discriminação de género, estereótipos, práticas de promoção tendenciosas e outras formas de desigualdade de oportunidades. Por outras palavras, o *glass ceiling* representa um obstáculo não visível, mas concreto, que dificulta o progresso das mulheres nas suas carreiras, limitando as suas oportunidades de progresso e desenvolvimento profissional. Este tratamento

interpessoal desigual em função do género do trabalhador foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento de um conjunto de práticas conhecidas coletivamente como comportamentos de assédio sexual (Davidson & Cooper, 1992). As primeiras investigações na área do assédio sexual surgiram, portanto, da constatação da existência de um problema social que requeria atenção (Fitzgerlad et al., 1995).

Categorização e Avaliação do Assédio Sexual

Os estudos pioneiros sobre o assédio sexual limitavam-se a breves análises das escassas orientações legais e regulamentares disponíveis na época. Concentravam-se, sobretudo, em documentar a extensão do problema, muitas vezes enfrentando ceticismo quanto à própria existência do problema. Como resultado, o nível de conhecimento científico sobre esta temática, bem como a sua prevalência, permaneceu num estágio rudimentar durante bastante tempo. A maioria dos estudos baseava-se em simples listas de verificação de comportamentos de carácter assediante, cuja confiabilidade e validade eram questionáveis, carecendo de uma estrutura teórica consistente (Fitzgerald et al., 1995). No início do século passado, foram publicados alguns relatos sobre mulheres que se mudaram para a cidade à procura de emprego, dando conta de situações generalizadas de assédio sexual. Por exemplo, foi documentado que trabalhadoras de uma fábrica de vassouras nos EUA levavam facas consigo, para se protegerem de potenciais casos de assédio sexual (Bularzik, 1978). Em 1980, o U.S. Merit Systems Protection Board iniciou a primeira pesquisa nacional abrangente sobre assédio sexual. Os dados foram recolhidos junto de funcionários federais, incluindo 10.644 mulheres, das quais 42% relataram ter sido alvo de assédio sexual. Chapman (1981) defendeu que estes resultados provavelmente seriam inferiores em relação à realidade, devido a diferentes perceções do que constituía assédio sexual. Na mesma época, um estudo realizado com trabalhadores do setor privado, na área de Los Angeles, revelou que 53,1% das mulheres relataram ter enfrentado pelo menos uma experiência de assédio sexual ao longo das suas carreiras profissionais (Gutek, 1981).

Um estudo da ONU, referido por Farley (1978), evidenciou que mais de 50% das mulheres entrevistadas relataram terem sido alvo de assédio sexual ou conhecerem outras mulheres que se confrontaram com práticas assediantes, designadamente em situações de promoção, recrutamento, obtenção de contrato permanente, entre outros. No estudo de Gutek (1981), 31% das mulheres reportaram terem experienciado alguma consequência negativa no emprego, incluindo demissão, após terem sido alvo de assédio

sexual. Fitzgerald e colegas (1988) destacaram que, em muitos dos primeiros casos de assédio sexual, as vítimas que apresentaram denúncias acabaram por ser demitidas dos seus empregos. Constata-se, assim, que desde sempre, o assédio sexual representa uma das barreiras mais comuns e prejudiciais ao sucesso e à satisfação na carreira por parte das mulheres (Fitzgerald, 1988).

Contudo, o assédio sexual não está restrito ao contexto profissional. Embora só recentemente tenha emergido com maior visibilidade, é igualmente um problema enfrentado no âmbito da formação académica, principalmente por parte de estudantes mulheres. O crescente interesse pelo assédio sexual no ambiente de trabalho levou a um interesse paralelo em o documentar e caracterizar em instituições do Ensino Superior. Em ambientes académicos, o assédio sexual constitui uma séria barreira para o desenvolvimento da carreira das mulheres (Fitzgerald, 1988).

Tal como já tinha sido demonstrado pelos estudos desenvolvidos em contextos organizacionais e académicos, há evidências de que o assédio sexual pode acarretar múltiplas consequências, incluindo a nível psicológico. Um estudo de 1983, realizado na Universidade de Harvard, indicou que 12% dos estudantes de graduação e 15% dos estudantes de pós-graduação mudaram a sua área de especialização ou programa educacional devido a casos de assédio sexual. Paralelamente, Adams e colaboradores (1983) verificaram que 13% das estudantes mulheres evitaram certas disciplinas ou professores devido ao risco de serem alvo de assédio sexual.

Visando uma melhor compreensão das condutas de assédio sexual, no início dos anos 80 foram definidas cinco categorias comportamentais, com base nas experiências relatadas por estudantes universitárias, nomeadamente: discriminação de género, comportamento sedutor, suborno sexual, coerção sexual e agressão sexual. A discriminação de género consiste na disseminação de comentários e comportamentos sexistas generalizados. O comportamento sedutor envolve avanços sexuais inapropriados e ofensivos que, frequentemente, passam impunes. O suborno sexual refere-se à solicitação de atividades sexuais mediante a promessa de recompensas. A coerção sexual refere-se à imposição de atividades sexuais através de ameaças de punição. Por último, a agressão sexual envolve a imposição ou agressão de natureza sexual. Estas categorias representam diferentes graus de assédio sexual, criando uma escala gradual de gravidade das experiências sexuais. Uma experiência de assédio sexual pode-se enquadrar em mais que uma categoria, constituindo esta categorização

um modelo expansivo que permite sobreposições (Till, 1980). Posteriormente, em 1992, Gruber, através da análise de casos judiciais, bem como de pesquisa de literatura, definiu 11 categorias específicas de assédio sexual, sistematizadas em três tipologias principais: solicitações verbais, comentários verbais e comportamentos não-verbais. Um sistema classificativo amplamente aceite foi desenvolvido pelo U.S. Merit System Protection Board, em 1988, que identificou sete comportamentos de assédio, classificados através de três níveis de gravidade: menos severos (comentários sexuais indesejados, olhares e gestos sugestivos, e toques deliberados), moderadamente severos (pressão para encontros, pressão para favores sexuais e cartas ou telefonemas indesejados) e mais severos (violação real ou tentada, ou agressão sexual). Esta categorização resultou no desenvolvimento de um instrumento que possibilita avaliar a prevalência do assédio sexual, o Questionário de Experiências Sexuais (Fitzgerald et al., 1988; Fitzgerald et al., 1995).

O Questionário de Experiências Sexuais (QES) é um instrumento de autorrelato que representou a primeira tentativa de avaliar a prevalência de assédio sexual. Originalmente, o QES abrangia as cinco categorias (discriminação de género, comportamento sedutor, suborno sexual, coação sexual, agressão sexual) propostas por Till (1980), desenvolvidas a partir de pesquisas na literatura, *focus group* e através do recurso a especialistas da área. Todos os itens seguiram uma formulação padronizada, remetendo para práticas comportamentais, com a palavra assédio sexual a aparecer apenas no final do questionário. Esta abordagem foi considerada crucial para evitar ambiguidades relativamente ao conceito e para ter em conta as diferenças individuais em rotular experiências sexuais semelhantes. Os participantes eram instruídos para selecionar a resposta que melhor descrevia a sua experiência, através de uma escala de 3 opções: nunca, uma vez, mais que uma vez. O QES foi amplamente utilizado em estudos de prevalência, abrangendo diversas amostras e diversos contextos, no âmbito educacional, profissional e organizacional. Foi traduzido para diferentes idiomas e aplicado em diversos contextos interculturais, sendo reconhecido como o instrumento com maior respaldo teórico, bem como psicometricamente fiável naquela época. Posteriormente, este instrumento foi alvo de alterações, que permitiram distinguir entre o tipo e gravidade do assédio sexual, passando de uma estrutura de cinco dimensões (discriminação de género, comportamento sedutor, suborno sexual, coação sexual, agressão sexual) para apenas três dimensões (discriminação de género, atenção sexual

indesejada, coação sexual). Foi igualmente aperfeiçoado um enquadramento teórico que estivesse em conformidade com o sistema legal e com o suporte teórico resultante da investigação, sendo posteriormente submetido a testes rigorosos. Desta forma, foi elaborado um instrumento para avaliar o assédio sexual de forma eficaz, confiável e válida (Fitzgerald et al., 1995).

O aperfeiçoar das bases teóricas deste instrumento levou a que fossem propostas três dimensões relacionadas, mas conceitualmente distintas (Fitzgerald et al., 1995). Deste modo, o assédio sexual pode ser divido em três dimensões: discriminação de género; atenção sexual indesejada; coerção sexual. A discriminação de género remete para comportamentos verbais ou não-verbais hostis, insultuosos e degradantes, direcionados a grupos considerados minoritários. A atenção sexual indesejada diz respeito a comportamentos verbais ou não-verbais indesejados, intrusivos e ofensivos, como convites para encontros, cartas, telefonemas, apalpões, toques indesejados, imposições sexuais e abuso. Por fim, a coerção sexual tende a estar associada ao contexto de trabalho e refere-se a ameaças e subornos, explícitos ou subtis, visando que a pessoa assediada possa obter algum benefício laboral em troca de cooperação sexual (Fitzgerald et al., 1995). A congruência das categorias comportamentais com as respetivas manifestações legais ilustra a correspondência da coerção sexual com o conceito legal de *quid pro quo* e sugere que a discriminação de género e a atenção sexual indesejada representem os dois pilares centrais do conceito legal de ambiente hostil (Fitzgerald et al., 1995).

O modelo tridimensional proposto foi testado numa amostra representativa de diversos ambientes e culturas, com o intuito de confirmar a estrutura sugerida (Fitzgerald et al., 1995). Desta forma, o QES foi apresentado como teoricamente sólido e estruturalmente consistente, tanto em ambientes de trabalho, quanto educacionais, e passível de generalização transcultural. Após o desenvolvimento do quadro conceptual, foi realizada uma revisão do instrumento, alguns itens foram revistos e editados e outros foram adicionados. Estes procedimentos resultaram num total de 54 itens comportamentais, baseados nas três dimensões do modelo. A escala Likert de 5 pontos foi substituída pela escala original de 3 pontos, e a disposição dos itens foi organizada de modo a apresentar formas mais leves de discriminação de género e atenção sexual indesejada no início do instrumento, seguidas por coerção sexual e formas mais intrusivas de atenção sexual indesejada. A escala revista foi testada como parte de um

inquérito mais amplo que examinava várias questões organizacionais e institucionais relacionadas com o assédio sexual. Após algumas alterações, foi desenvolvida uma escala revista composta por 20 itens, posteriormente submetida a um estudo de validação (Fitzgerald et al., 1995).

Dinâmicas de Assédio Sexual: Vítimas, Perpetradores e Fatores contextuais

A investigação no âmbito do assédio sexual tem sinalizado a importância da compreensão das características das vítimas, dos perpetradores e das circunstâncias que estão associados à ocorrência de assédio sexual (Sbraga & O'donohue, 2000).

Vítimas

No que diz respeito às vítimas, diversos estudos destacam características específicas que tornam as pessoas, particularmente as mulheres, mais vulneráveis ao assédio sexual (Gruber, 1997). Os fatores de vulnerabilidade identificados incluem a idade, sendo as mulheres mais jovens mais propensas a serem alvos de assédio sexual (Coles, 1986; Lach & Gwartney-Gibbs, 1993; O'Connell & Korabik, 2000). O estado civil também emergiu como uma variável significativa, verificando-se que as mulheres solteiras ou divorciadas são, mais frequentemente, alvo de assédio sexual em comparação com mulheres casadas ou viúvas (LaFontaine & Tredeau, 1986). A relação entre a educação e a vulnerabilidade ao assédio sexual parece inconclusiva. Foi demonstrado que as mulheres com níveis mais baixos de educação são mais vulneráveis (Timmerman & Bajema, 1999), enquanto outros estudos documentaram o oposto (Coles, 1986; O'Connell & Korabik, 2000). Posteriormente, registou-se que as mulheres com níveis educacionais mais altos podem não ser alvos preferenciais, visto que possuem maior conhecimento sobre o que constitui assédio sexual e como denunciá-lo (O'Connell & Korabik, 2000).

A tentativa de categorizar grupos de fatores de risco pode não ser a abordagem mais apropriada, considerando a natureza não linear e inconclusiva das relações entre estes fatores e o assédio sexual. Na verdade, a vitimização por assédio sexual está presente em todas as idades, níveis de educação e estados civis (Pina & Gannon, 2012).

Perpetradores

Considerando a ambiguidade dos resultados e a limitada pesquisa existente, não é adequado estabelecer um perfil de perpetradores de assédio sexual com base em fatores sociodemográficos (Pina et al., 2009). No entanto, alguns estudos indicam que os

assediadores sexuais tendem a ser do sexo masculino (Ménard et al., 2003; Perry et al., 1998; Pryor, 1995), casados, mais velhos e com habilitações literárias superiores em comparação com as vítimas (Fitzgerald & Weitzman, 1990; Sev'er, 1999, Tangri et al., 1982).

John B. Pryor desempenhou um papel significativo na compreensão dos perpetradores de assédio sexual ao desenvolver a escala *Likelihood to Sexual Harass Scale* (LSH) em 1987. Esta escala visa avaliar a propensão de homens para se envolverem em comportamentos de assédio sexual, através de 10 cenários hipotéticos e uma série de medidas de auto-relato. É solicitado aos participantes que se imaginem numa situação onde são os protagonistas e onde têm o poder de assediar sexualmente uma mulher sem enfrentar consequências e indicar a probabilidade de envolvimento nesses comportamentos (Driscoll et al., 1998; Pryor, 1987). As investigações de Pryor demonstraram que homens com pontuações elevadas na escala LSH têm maior propensão a comportamentos de assédio sexual. Identificou-se que características comuns entre os perpetradores incluem a identificação com estereótipos hiper-masculinos e desejos de status e dominação/poder (Pryor, 1987).

Apesar de Pryor ter observado traços associados a esta tendência para assediar sexualmente mulheres, ressalta-se que esta tendência por si só não é suficiente para desencadear estes comportamentos. Verificou-se que homens com pontuações elevadas na LSH só se envolviam em comportamentos de assédio sexual quando as normas sociais permitiam ou toleravam esses comportamentos (Pryor et al., 1993). Este dado destaca a influência que a permissividade do clima social desempenha como fator facilitador em homens que já manifestam propensão ao assédio sexual. Em conclusão, a combinação de fatores ambientais e a predisposição dos potenciais agressores contribuem para comportamentos de assédio sexual (Pryor & Whalen, 1997). A LSH é reconhecida como o único instrumento confiável e amplamente utilizado para avaliar a propensão a comportamentos de assédio sexual (Pina & Gannon, 2012).

Para além disso, o assédio sexual apresenta efeitos adversos, independentemente de ser perpetrado por colegas ou superiores (Bogart et al., 1992). No entanto, o assédio sexual perpetrado por pessoas numa hierarquia superior pode estar associado a piores consequências. Foi destacado que o assédio sexual perpetrado por pessoas em posições de poder é mais prejudicial porque promove a aprendizagem da impotência face ao acontecimento, ao contrário do assédio entre pares (Thacker e Ferris, 1991).

Fatores Contextuais

O contexto profissional, designadamente de âmbito organizacional, tem-se destacado como o ambiente mais propicio para a ocorrência de assédio sexual, conforme tem sido enfatizado por diversos estudos (Fitzgerald et al., 1995; Pryor, 1995; Williams et al., 1999).

A proporção de mulheres e homens em meio laboral desempenha um papel crucial na ocorrência do assédio sexual (Willness et al., 2007). Foi amplamente demonstrado que em ambientes profissionais com uma presença numericamente inferior de mulheres, especialmente em setores tradicionalmente masculinos, a probabilidade de assédio sexual tende a aumentar (Gruber, 1998; Gutek & Morasch, 1982; LaFontaine & Tredeau, 1986). Mulheres em contextos predominantemente masculinos tornam-se alvo de assédio sexual de forma frequente, na medida em que se desviam dos papéis de género mais rígidos e clássicos ao assumirem posições profissionais tradicionalmente associadas aos homens (Ragins & Scandura, 1995).

O contexto organizacional, em função do seu grau de permissividade e tolerância ao assédio sexual, bem como no que concerne à adesão a políticas e estratégias de prevenção contra o assédio sexual, desempenha um papel crucial na incidência e na prevalência deste fenómeno (Fitzgerald et al., 1994; O'Connell & Korabik, 2000; Ragins & Scandura, 1995). De acordo com Hulin et al. (1996), a permissividade do clima organizacional tem impacto no risco percecionado pelas potenciais vítimas ao considerarem fazer uma queixa, além de influenciar a probabilidade da ocorrência de sanções para os perpetradores. A falta de clareza ou ausência de políticas pode fazer com que as mulheres hesitem em rotular as suas experiências como assédio sexual, resultando na subnotificação do fenómeno (Riger, 1991). Além disso, quando uma organização adere rigorosamente às suas políticas contra o assédio sexual, observa-se uma redução dos casos de assédio sexual (O'Connell & Korabik, 2000).

Modelos Explicativos do Assédio Sexual

Existem cinco modelos que foram desenvolvidos com o intuito de explicar o assédio sexual, ou seja, que visam concetualizar o desenvolvimento e manutenção deste comportamento: o modelo natural/biológico, o modelo sociocultural, o modelo organizacional, o modelo de transferência de papeis de género e o modelo de quatro-fatores (O'Donohue et al., 1998).

Modelo Natural/Biológico

O primeiro modelo, natural/biológico, defende que o assédio sexual constitui uma extensão natural da teoria evolutiva da seleção de parceiros (Tangri et al, 1982). Nesse sentido, o assédio sexual não é categorizado como tal, mas sim como uma manifestação normal da atração sexual, ou, por outras palavras, uma faceta intrínseca da procura de parceiros (Tangri et al., 1982). O fenómeno é interpretado como um resultado dos impulsos sexuais por parte dos homens, bem como uma disparidade entre os desejos sexuais masculinos e femininos, resultando em comportamentos sexualmente agressivos durante a procura por parceiros (Tangri et al., 1982). De acordo com Studd e Gattiker (1991), as diferentes estratégias reprodutivas, resultantes de evoluções distintas, desencadeiam conflitos de interesse. Os homens procuram maximizar o sucesso reprodutivo, procurando acesso sexual ao maior número de mulheres. Em contrapartida, as mulheres necessitam de investir mais tempo e energia na gestação, de modo a garantir bons genes e recursos adequados do parceiro, sendo, portanto, mais seletivas.

Deste modo, os homens podem manifestar comportamentos de assédio sexual para aumentar a probabilidade de engravidar diversas mulheres, resultando, por vezes, em comportamentos sexuais coercivos (Studd & Gattiker, 1991). Este modelo sustenta que em casos de atração mútua não há consequências negativas para a vítima, não se verificando assim qualquer denúncia (Tangri et al., 1982). Ressalta ainda que, comportamentos verdadeiramente assediadores são praticados por uma minoria de homens considerados “doentes”, sugerindo, consequentemente, que a taxa de assédio sexual seria relativamente baixa (Tangri et al., 1982).

Este modelo, embora reconheça a existência de reações inatas que podem motivar comportamentos sexualmente agressivos, simplifica excessivamente o assédio sexual, negligenciando as influências resultantes da aprendizagem social (Pina et al., 2009). Além disso, contribui para trivializar o assédio sexual, representando-o como uma dimensão de um ritual reprodutivo normal (Pina et al., 2009). Por vezes, este modelo é mencionado em tribunais para defender os perpetradores de assédio sexual (Tangri & Hayes, 1997). A realização de estudos que testem as premissas centrais deste modelo é desafiante, para além disso o modelo não sugere estratégias claras para a prevenção do assédio sexual (Pina et al., 2009). Adicionalmente, existe escassa evidência empírica que apoie as proposições do modelo Natural/Biológico do assédio sexual (Pina et al., 2009). É de

salientar, ainda, que este modelo contempla apenas as mulheres como vítimas de assédio sexual (Tangri et al., 1982).

Modelo Sociocultural

O modelo sociocultural (Farley, 1978; Taub & MacKinnon, 1980) foca-se no contexto social e político em que o assédio sexual ocorre, defendendo que este fenómeno é um reflexo do sistema patriarcal, ou seja, da desigualdade de género e sexismo presentes na sociedade (Gutek, 1985). De acordo com esta perspetiva, o assédio sexual está intrinsecamente ligado à dominação e superioridade masculina (Matchen & DeSouza, 2000), sendo sustentado pela visão das mulheres como o sexo inferior, servindo para perpetuar a estratificação de género existente (Gutek, 1985).

Taub e MacKinnon (1980) argumentaram que a posição inferior das mulheres no local de trabalho e na sociedade não é apenas uma consequência, mas também uma causa do assédio sexual. Tangri e colegas (1982) afirmam que o assédio sexual atua na gestão das interações entre homens e mulheres conforme as normas aceites de estatuto sexual, mantendo assim a dominação masculina ocupacional e económica, desmotivando e intimidando as mulheres a trabalhar.

A dominação masculina na sociedade estende-se às organizações, onde o fenómeno tem uma maior evidência (Farley, 1978; Toub, 1980). Os membros de organizações trazem para o ambiente de trabalho os seus papéis de género, crenças e estereótipos existentes. A socialização modela as interações de formas estereotipadas, com expectativas de que os homens sejam agressivos e dominantes, enquanto as mulheres são vistas como passivas, complacentes e responsáveis pela sua própria vitimização (Gruber & Bjorn, 1986). Nessa perspetiva, os homens tendem a justificar os seus comportamentos, enquanto as mulheres se culpam por serem vítimas (Vaux, 1993). O assédio sexual é, portanto, considerado uma consequência inevitável das experiências culturais (Whaley & Tucker, 1998), aplicando-se a diversos ambientes, incluindo o local de trabalho (Barak, Pitterman, & Yitzhaki., 1995).

Embora este modelo focalize nas questões de género, no sistema patriarcal e na dominação para explicar o assédio sexual (Pina et al., 2009), a sua abordagem parece ser excessivamente simplista (Sbraga & O'donohue, 2000). A evolução e expansão da socialização relativas aos papéis de género incluíram uma variedade de comportamentos, para além dos estereótipos tradicionais esperados (Bem, 1983), mas isso não se refletiu

na diminuição da ocorrência do assédio sexual (Pina et al., 2009). Além disso, embora o assédio sexual seja frequente na sociedade, não é um comportamento normativo para os homens (Pina et al., 2009). O modelo sociocultural não fornece uma explicação relativamente a esta questão (Pina et al., 2009). É de salientar, ainda, que o modelo preveria que a maioria dos perpetradores fosse do sexo masculino e que o assédio fosse predominante em ambientes de trabalho dominados por homens (Gruber, 1992).

Modelo Organizacional

Este modelo propõe que o assédio sexual esteja associado a diversas questões organizacionais, incluindo desigualdades de poder e hierarquia (Tangri et al., 1982). Um conceito fundamental nesse contexto é o poder, especialmente as discrepâncias de poder (Cleveland & Kerst, 1993).

Com base nas hierarquias de poder estabelecidas nas organizações, indivíduos em posições de autoridade têm a oportunidade de explorar trabalhadores em posições hierárquicas inferiores (Tangri et al., 1982). De acordo com este modelo, as vítimas poderiam ser homens ou mulheres, mas, dada a tendência das mulheres ocuparem cargos organizacionais mais baixos, elas tornam-se o alvo mais frequente (Tangri et al., 1982). Embora o assédio sexual possa ser mais frequentemente perpetrado por homens, também pode ser concretizado por mulheres em posições de poder. Além disso, o assédio sexual por colegas ou subordinados também pode ocorrer (Tangri et al., 1982). Este dado pode ser interpretado como uma tentativa de obter poder ou equilibrar as discrepâncias de poder entre o perpetrador de assédio sexual e a vítima dentro da organização (Cleveland & Kerst, 1993).

Organizações altamente estratificadas, que desencorajam a discussão sobre as preocupações relacionadas com o trabalho e apresentam números de homens e mulheres desequilibradas, bem como situações que exigem interações íntimas entre homens e mulheres no trabalho, são propícias à ocorrência de assédio sexual (Tangri et al., 1982). Paralelamente, as normas organizacionais que enfatizam a atratividade física das mulheres para a contratação contribuem para este fenómeno (Tangri et al., 1982). Outros fatores, como a permissividade do clima organizacional, ética, normas e políticas desiguais, afetam a probabilidade da ocorrência do assédio sexual (Tangri et al., 1982). Ambientes de trabalho mais tolerantes ao assédio sexual, sem políticas claras ou procedimentos de reclamações, tendem a ter uma prevalência maior de assédio sexual (Tangri et al., 1982). A permissividade do clima organizacional influencia o risco

percebido das vítimas denunciarem, as possíveis sanções para os assediadores e a receção das reclamações pela organização e colegas em relação à gravidade (Tangri et al., 1982).

O modelo organizacional procura integrar vários fatores organizacionais na sua explicação do assédio sexual (Pina et al., 2009). Apesar disso, algumas das suas principais hipóteses foram testadas e identificadas como cruciais na ocorrência do assédio sexual (Pina et al., 2009). As limitações do modelo organizacional residem na falta de atenção às diferenças individuais e como comportamentos quotidianos, estereótipos e expectativas pessoais podem influenciar o fenómeno (Pina et al., 2009). Contudo, este modelo desempenhou um papel proeminente em direcionar o foco dos profissionais para a necessidade de estratégias eficazes contra a ocorrência de assédio sexual dentro de organizações (Pina et al., 2009).

Modelo de Transferência de Papéis de Género

O modelo de transferência de papéis de género (Gutek & Morasch, 1982) procura integrar características contextuais ou situacionais e, também, crenças e expectativas individuais relacionadas com o género do perpetrador de assédio sexual.

Uma premissa central desta formulação é que homens e mulheres transportam para o ambiente de trabalho as suas crenças e expectativas preexistentes baseadas no género, mesmo que essas expectativas não possam ser aplicáveis ao contexto profissional (Gutek & Morasch, 1982). De acordo com este modelo, as crenças dos perpetradores de assédio sexual sobre o género tendem a sobrepor-se às crenças relacionadas à igualdade no trabalho (Sbraga & O'Donohue, 2000). Isto ocorre porque a identidade de género é considerada mais proeminente do que a identidade do trabalhador, resultando em conflitos quando os estereótipos de papéis de género mantidos pelo perpetrador de assédio sexual diferem dos papéis no trabalho específicos para cada género (Gutek & Morasch, 1982). Assim, algumas mulheres podem vivenciar assédio sexual em profissões não tradicionais (Gutek & Morasch, 1982).

De acordo com Gutek and Morasch (1982), o modelo da transferência de papéis de género parece abordar o assédio sexual de maneira mais holística, tornando-se uma ferramenta mais abrangente para compreender este fenómeno. No entanto, subestima as características do agressor, assim como outras variáveis organizacionais que possam surgir (O'Hare & O'Donohue, 1998). Além disso, há menos pesquisa sobre como a

transferência de papéis de género afeta os homens, dado que há menor presença masculina em ambientes de trabalho não tradicionais (Gutek, 1985).

Modelo de Quatro Fatores

O modelo de quatro fatores (O´Hare & O´Donohue, 1998) é uma formulação multifatorial que incorpora aspetos e componentes relevantes dos modelos anteriormente mencionados, destacando a natureza multidimensional do assédio sexual, baseando-se no modelo de quatro fatores sobre abuso sexual infantil de Finkelhor e Hotaling (1984). Este modelo estabelece quatro condições básicas para a ocorrência de assédio sexual (O´Hare & O´Donohue, 1998): (a) a motivação do indivíduo para que o assédio sexual ocorra; (b) a capacidade de o individuo superar inibições internas que o impedem de agir de acordo com a sua motivação para assediar sexualmente; (c) a importância dos fatores situacionais na facilitação ou inibição na ocorrência de assédio sexual; (d) como as atitudes, os comportamentos e as posições ocupacionais de mulheres influenciam a probabilidade de as mulheres serem alvos de assédio sexual.

Este modelo abrange todas as formas de assédio sexual, demonstrando de maneira mais clara as condições e comportamentos necessários para a sua ocorrência, sintetizando fatores individuais, socioculturais e organizacionais (Sbraga & O´Donohue, 2000). O'Hare e O'Donohue (1998) descobriram que, o modelo de quatro fatores é um preditor mais eficaz de assédio sexual numa amostra de 266 mulheres em contexto universitário, do que o modelo biológico, o modelo sociocultural, o modelo organizacional e o modelo de transferência de papéis de género, ou seja, modelos de fator único. Um modelo que incorpora variáveis em vários níveis de análise é superior a um modelo que se concentra apenas num nível (O´Hare & O´Donohue, 1998). Este modelo, mais abrangente do que os modelos discutidos anteriormente, pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções eficazes tanto a nível organizacional como individual (O'Donohue et al., 1998). Além disso, apresenta uma adequação empírica relativamente forte em comparação com modelos de fator único sobre assédio sexual, embora apenas os fatores organizacionais e relevantes para a vítima tenham sido testados empiricamente (Pina et al., 2009).

Atitudes face ao Assédio Sexual

Devido à heterogeneidade de comportamentos que podem constituir assédio sexual, torna-se difícil a sua definição (Mccabe & Hardman, 2005), bem com a perceção das fronteiras daquilo que pode ou deve ser considerado sexualmente assediante (Uggen and Blackstone, 2004).

A consciência sobre o que constitui assédio sexual é influenciada pelas perceções individuais e pelas suas atitudes em relação ao mesmo (Mazer & Percival, 1989). A literatura sinaliza a existência de diferenças de género no que diz respeito às perceções de assédio sexual, ou seja, em relação aos comportamentos que cabem no conceito, o que, consequentemente, tem impacto no que as pessoas identificam como comportamentos de assédio sexual e que consideram ofensivos e graves (Mazer & Percival, 1989). As mulheres, em comparação com os homens, tendem a apresentar uma perceção mais ampla do que constitui comportamentos de assédio sexual (Gutek et al. 1980; Popovich et al. 1986).

Além disso, diversos estudos identificam diferenças entre homens e mulheres, assim como entre faixas etárias, em relação à tolerância a esses comportamentos. As mulheres, em comparação com os homens, apresentam menor tolerância ao assédio sexual (Reilly et al., 1986). Relativamente à idade, Reilly e colegas (1986) descobriram que pessoas mais jovens são mais tolerantes ao assédio sexual em comparação com pessoas mais velhas, indicando que pessoas mais velhas são mais propensas a considerar um comportamento como assédio sexual em comparação com pessoas mais jovens. (Magaji et al., 2020). Estes fatores desempenham um papel crucial nas denúncias de casos de assédio sexual (Mazer & Percival, 1989).

Impacto Psicológico do Assédio Sexual

O assédio sexual pode ter graves repercussões para as vítimas, afetando-as a curto e longo prazo, quer a nível físico e psicológico, quer no domínio académico (Huerta et al., 2006). Entre outras, podem surgir perturbações alimentares (Harned, 2000), depressão, ansiedade, dificuldades de concentração bem como diminuição da ambição, de autoconfiança e de autoestima (Cleary et al., 1994). Paralelamente, o assédio sexual pode estar associado a sintomatologia de perturbação de stress pós-traumático (PTSD) (Dansky & Kilpatrick, 1997) e a manifestações de distress, perturbações de sono, redução da satisfação académica e abuso de substâncias como o álcool (Huerta et al.,

2006; Monks et al., 1999), bem como baixo desempenho académico e um sentido generalizado de insegurança no ambiente universitário (Cipriano et al., 2022).

Distress

O distress pode ser definido como o funcionamento psicológico mal adaptativo face a eventos que causam stress na vida de um indivíduo (Niederhuber et al., 2020). Estes episódios stressantes podem acarretar danos temporários ou, em casos mais graves, danos permanentes, visto que o indivíduo fica num estado emocional mais vulnerável, levando a uma rutura significativa no bem-estar (Ridner, 2004; Sparrenberger et al., 2003). Segundo Bucchianeri (2014), as experiências de assédio sexual podem conduzir a efeitos bastante negativos na saúde mental de uma pessoa. Por outras palavras, o assédio sexual é considerado um evento significativo, capaz de provocar distress, manifestando-se em sintomas de ansiedade (p.ex. sintomas de pânico; stress; ruminação), queixas depressivas e sintomas de stress pós-traumático, entre outros (Huerta et al., 2006). Foi demonstrado que o assédio sexual está associado ao distress tanto em mulheres como em homens (Bastiani et al., 2019). Alguns estudos relatam efeitos negativos mais intensos para as mulheres do que para os homens, ou nenhuma diferença entre os sexos (Chiodo et al., 2009; Mitchell et al., 2014), enquanto outros relatam que os homens experienciam efeitos mais intensos em comparação com as mulheres (Kaltiala-Heino et al., 2016; Romito et al., 2019).

Pensamentos Negativos Repetitivos

Os pensamentos negativos repetitivos, também conhecidos como a ruminação ou a preocupação excessiva, são pensamentos persistentes e recorrentes sobre eventos, situações ou emoções negativas que são experienciados como difíceis de controlar (Ehring & Watkins, 2008). Estes pensamentos podem focar-se em problemas atuais, experiências passadas e relativamente a preocupações futuras. Encontram-se presentes em perturbações emocionais e afetivas (depressão, perturbações de ansiedade, perturbação bipolar e perturbação obsessivo-compulsiva) (Ehring & Watkins, 2008). A PTSD pode ser uma das consequências ao experienciar assédio sexual, na qual a presença de pensamentos intrusivos é um dos muitos sintomas desta perturbação (Stockdale, 2009). Foi verificado que os indivíduos que foram alvo de assédio sexual ruminam frequentemente as suas experiências passadas, o que leva ao surgimento de pensamentos negativos (Gautam, 2019).

Investimento Académico

Diversos estudos têm registado os efeitos adversos do assédio sexual no ambiente académico, destacando o seu impacto prejudicial no funcionamento e no bem-estar dos estudantes. O assédio sexual, quando presente em instituições de Ensino Superior, pode ter impacto na perceção global da experiência académica, influenciando negativamente o investimento académico, desempenho e motivação dos alunos (Huerta et al., 2006).

Influenciando a satisfação académica, as experiências de assédio podem ser preditores de desinvestimento académico (Kirkner et al., 2022), podendo manifestar-se em comportamentos como dormir nas aulas, obter piores notas, faltar às aulas (Huerta et al., 2006), menor motivação para aprender (Barickman et al., 1992) e para ir às aulas (Lee et al., 1996), menos atenção nas aulas (Lee et al., 1996), menos foco relativamente às responsabilidades académicas (Cortina et al., 1998), mudar de curso e, em última instância, abandonar a faculdade (Cortina et al., 1998; Fitzgerald, 1990), influenciar o compromisso em prosseguir o Ensino Superior (Huerta et al., 2006), entre outros. Por outras palavras, o assédio sexual não afeta apenas negativamente os domínios académicos (i.e., motivações, assiduidade, atitudes académicas, desempenho académico), mas acarreta também implicações para o bem-estar físico e psicológico dos estudantes (Huerta et al., 2006).

Resiliência

A resiliência pode ser definida como a capacidade de uma pessoa para se adaptar de maneira positiva, mesmo quando confrontada com situações difíceis e exigentes, inclusive quando estão presentes fatores acrescidos de risco (Luthar, 2006; Masten, 2001). Sinteticamente, remete para a capacidade de superar as adversidades (Ford & Ivancic, 2020).

A resiliência é utilizada como um conceito-chave para explicar diferentes reações e processos de recuperação após eventos traumáticos, como pode ser o caso do assédio sexual, da agressão e do abuso sexual (Reilly et al., 1986). De acordo com Athanasiades e colegas (2023), as pessoas com menores níveis de resiliência tendem a ter mais experiências de assédio sexual, ou seja, a resiliência funciona como fator de vulnerabilidade para a vitimização. Rutter (1985) afirma que a resiliência e a vulnerabilidade estão em extremos opostos. Apesar disso, a resiliência também pode atuar como um fator protetivo contra este tipo de experiências, ou seja, maiores níveis

de resiliência encontram-se associados a menor vulnerabilidade para serem vítimas de assédio sexual (Moldovan and Macarie, 2019; Thambo et al., 2019). Um estudo de Touloupis e Athanasiades (2022) documentou que as mulheres, em comparação com os homens, apresentam níveis mais baixos de resiliência e, por conseguinte, mais experiências de assédio sexual. Além disso, a resiliência pode atenuar as consequências negativas que o assédio sexual pode vir a ter no estado emocional da vítima e no envolvimento da vida acadêmica e responsabilidades associadas (Moldovan and Macarie, 2019; Thambo et al., 2019). De acordo com Hébert e colaboradores (2014), pessoas com níveis elevados de resiliência tendem a experienciar menos sintomas de distress e PTSD.

Ford e Ivancic (2020) verificaram a existência de uma relação negativa entre as vítimas que formalmente denunciam os casos de assédio sexual e os seus níveis de resiliência, ou seja, a resiliência da vítima diminui ao denunciar formalmente o caso de assédio sexual (Ford & Scarduzio, 2021). As políticas contra o assédio sexual não são necessariamente positivas, podendo impactar negativamente a vítima (Ford & Scarduzio, 2021). Por exemplo, relatar o caso de assédio sexual pode expor a vítima ao risco de ostracismo ou retaliação por parte dos colegas de trabalho, além de acarretar possíveis repercussões na sua carreira (Clair et al., 2019; Dougherty & Hode, 2016). Além disso, a ausência de consequências para o agressor pode resultar no sentimento de impotência da vítima (Bergman et al., 2002; D. S. Dougherty & Hode, 2016).

Face ao exposto, facilmente compreendemos que estamos perante um fenómeno complexo, que apesar de globalmente reconhecido, apresenta ainda muitas lacunas relativamente à sua compreensão e diversidade de impactos, particularmente na realidade portuguesa. Deste modo, considerando as consequências nefastas para o bem-estar psicológico, físico e académico das vítimas de assédio sexual (Huerta et al., 2006), pretendemos com este estudo contribuir para uma análise mais aprofundada deste fenómeno no âmbito específico da população que se encontra a frequentar o Ensino Superior. Assim, o objetivo geral do presente estudo é promover uma melhor compreensão do assédio sexual no contexto do Ensino Superior em Portugal, bem como de alguns dos fatores psicológicos que lhe possam estar associados, designadamente: distress, pensamentos negativos e intrusivos, investimento académico e resiliência. Especificamente, pretende-se avaliar as associações entre as variáveis em estudo: experiências de assédio sexual, atitudes perante o assédio sexual, distress, pensamentos

negativos e intrusivos, investimento académico e resiliência; avaliar a prevalência das experiências de assédio sexual em estudantes do Ensino Superior, caracterizando as suas formas, agentes, contextos e variabilidade em função de características sociodemográficas; avaliar as atitudes perante o assédio sexual em estudantes do Ensino Superior e explorar se as características sociodemográficas produzem variabilidade nestas atitudes; analisar comparativamente aspetos relacionados com as atitudes perante o assédio sexual, o distress, os pensamentos negativos e intrusivos, o investimento académico e a resiliência em estudantes vítimas/não-vítimas de assédio sexual.

Método

Desenho do Estudo

Este estudo segue uma metodologia quantitativa, não-experimental, de natureza descritiva e correlacional, sem qualquer manipulação das variáveis analisadas. É um estudo observacional com apenas um momento de observação, sendo, portanto de caráter transversal.

Participantes

Os participantes do presente estudo foram obtidos através do método de amostragem do tipo bola de neve, resultando numa amostra não probabilística, por conveniência.

Critérios de Inclusão

Os critérios de inclusão estabelecidos para a participação do estudo incluem: idade igual ou superior a 18 anos; frequentar um estabelecimento de Ensino Superior português; compreender a língua portuguesa. Todos os participantes que não cumpriram os critérios de inclusão, foram eliminados da amostra.

Amostra

A amostra inicial foi constituída por 644 participantes. Após termos retirado os participantes que não cumpriam os critérios de inclusão, foram consideradas as respostas de 541 participantes, que formaram deste modo a amostra final.

As características sociodemográficas da amostra (N = 541) estão apresentadas na Tabela 1, verificando-se que a amostra é composta maioritariamente por mulheres (*n* = 420; 77,6%), sendo que a maior parte da amostra se identifica com o género feminino (n = 409; 75,6%). A média de idades é de 22,57 anos (*DP* = 4,71; Min = 18,00; Máx =

60,00), e a maioria dos participantes reportou que se encontrava envolvido numa relação amorosa (*n* = 304; 56,2%).

Atualmente, a maioria dos participantes frequenta o Ensino Superior público (*n* = 361; 66,7%), sendo que a região com maior representatividade é a Área Metropolitana de Lisboa (*n* = 448; 82,8%), seguida da região de Setúbal (*n* = 67; 12,4%). Dos 541 participantes, a grande maioria frequenta atualmente a licenciatura (*n* = 271; 50,1%) ou o mestrado (*n* = 175; 32,3%), predominantemente na área de Saúde (*n* = 164; 30,3%). A maior parte dos participantes reportou que, durante o período de atividades académicas, reside em casa de pais/familiares (*n* = 398; 73,6%).

Tabela 1

Características Sociodemográficas da Amostra (N = 541)

Variável	*n*	%
Idade (*M, DP*)	22,6	4,7
Sexo Biológico		
Mulheres	420	77,6
Homens	121	22,4
Género		
Feminino	409	75,6
Masculino	118	21,8
Não binário	8	1,5
Prefiro não responder	4	0,7
Outro	2	0,3
Relação Amorosa		
Sim	304	56,2
Não	237	43,8
Ensino Superior		
Público	361	66,7
Privado	180	33,3
Distrito de Portugal		
Açores	2	0,4
Aveiro	4	0,7
Beja	2	0,4

Braga	1	0,2
Bragança	1	0,2
Castelo Branco	2	0,4
Coimbra	3	0,6
Évora	1	0,2
Faro	0	0,0
Guarda	0	0,0
Leiria	1	0,2
Lisboa	448	82,8
Madeira	0	0,0
Portalegre	0	0,0
Porto	4	0,7
Santarém	3	0,6
Setúbal	67	12,4
Viana do Castelo	0	0,0
Vila Real	1	0,2
Viseu	1	0,2
Área de Estudos		
Área de Ciências	41	7,6
Área de Saúde	164	30,3
Área de Tecnologias	25	4,6
Áreas de Agricultura e Recursos Naturais	2	0,4
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design	44	8,1
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores	30	5,5
Áreas de Direito, Ciências Socias e Serviços	83	15,3
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade	57	0,0
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução	34	6,3
Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	61	11,3
Ciclo de Estudos		
Curso Técnico Superior Profissional	10	1,8
Licenciatura	271	50,1
Mestrado	175	32,3

Mestrado Integrado	83	15,3
Doutoramento	2	0,4
Residência		
Casa de Pais/familiares	398	73,6
Residência Universitária	16	3,0
Alojamento Alugado Individual	13	2,4
Alojamento Alugado Partilhado	76	14,0
Alojamento Próprio	32	5,9
Outro	6	1,1

Nota. M = Média*; DP* = Desvio-padrão

Procedimentos

Recolha de Dados

A recolha de dados foi realizada junto de estudantes do Ensino Superior, abrangendo tanto instituições públicas como privadas, incluindo universidades e institutos politécnicos, tendo-se procurado abranger todo o país. O procedimento de recolha ocorreu com recurso a um protocolo de investigação disponibilizado online, que incluiu todos os instrumentos de autorrelato utilizados no estudo (Anexo A). Previamente, foi obtida permissão para a utilização de todos os instrumentos (Anexo B).

Recrutamento

O recrutamento de participantes teve início com a divulgação do protocolo de investigação através das redes sociais da investigadora, designadamente *Instagram*, *WhatsApp, Facebook* e *Linkedin*. Paralelamente, foi pedido aos participantes para partilharem o estudo com a sua rede de contactos, de modo a que o mesmo chegasse a mais pessoas. A divulgação foi igualmente efetuada através da publicação de *posts* e *stories* contendo informações sobre o estudo e um *link* direto para o preenchimento do questionário, bem como através de mensagens diretas no *Instagram* e *Whatsapp*.

O estudo foi ainda divulgado através de associações de estudantes de diversas faculdades portuguesas, públicas e privadas.

Questões Éticas

Este estudo foi realizado mediante a aprovação pela Comissão de Ética da Egas Moniz School of Health and Science (Anexo C e D) e de acordo com os princípios éticos consonantes com a Declaração de Helsínquia (World Medical Association, 2013) e com a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP, 2021).

Consentimento Informado

Foi obtido o consentimento informado de todos os inquiridos, prestando-lhes informação sobre os objetivos da investigação, duração prevista da sua participação ao responder ao protocolo, e benefícios do estudo, designadamente as suas implicações práticas para a comunidade. Por fim, foi reforçado o carácter voluntário, anónimo e confidencial do estudo, assim como a possibilidade de desistir de participar no mesmo a qualquer momento, sem qualquer consequência (Anexo E).

Confidencialidade e Anonimato

De forma a assegurar a confidencialidade das informações recolhidas, a identidade dos participantes não foi revelada, garantindo o anonimato dos mesmos. Os dados obtidos foram utilizados unicamente para análise estatística.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

Este questionário visa obter dados sociodemográficos referentes aos participantes (i.e., idade, sexo biológico, género, orientação sexual, ciclo de estudos, área de estudos).

Questionário de Experiências Sexuais - QES (Sexual Experience Questionnaire, SEQ – Fitzgerald et al., 1988; Fitzgerald et al., 1995)

É um instrumento de autopreenchimento com o intuito de avaliar a prevalência das experiências sexuais não desejadas. Este instrumento inclui itens relacionados com a discriminação de género, atenção sexual indesejada e coerção sexual. Esta escala é constituída por 19 itens, cotados através de uma escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Uma vez; 3 - Várias vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Muito frequentemente) e distribuídos. A cotação da escala é realizada através do somatório dos itens para o total. Neste questionário, uma pontuação mais elevada está associada a um maior número de experiências sexuais não desejadas. A escala original apresenta um α de Cronbach de 0,92.

Não existindo uma versão validada para a população portuguesa, procedeu-se à tradução e adaptação desta escala através dos seguintes passos: os itens do QES foram traduzidos da versão original (Fitzgerald et al., 1988; Fitzgerald et al., 1995) para português por investigadores fluentes em ambas as línguas e, em seguida, procedeu-se à retroversão dos itens em português para inglês, verificando-se o grau de concordância com a escala original. Por fim, a versão traduzida foi aplicada a uma pequena amostra aleatória de homens e mulheres, visando analisar detalhadamente a compreensão dos itens e obter a versão portuguesa final do QES.

Escala de Atitudes face ao Assédio Sexual - EAAS (Sexual Harassment Attitude Scale, SHAS - Mazer & Percival, 1989)

É um instrumento de autopreenchimento com o intuito de avaliar as atitudes sobre perante o assédio sexual. Esta escala é constituída por 19 itens, cotados através de uma escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Discordo fortemente; 2 – Discordo; 3 - Não concordo, nem discordo; 4 – Concordo; 5 - Concordo fortemente). A cotação da escala é realizada através do somatório dos itens para o total. Nesta escala, uma pontuação mais elevada sugere maior aceitação e tolerância em relação a comportamentos de assédio sexual. A escala original apresenta um α de Cronbach de 0,84.

Não existindo uma versão validada para a população portuguesa, procedeu-se à tradução e adaptação desta escala através dos seguintes passos: os itens do EAAS foram traduzidos da versão original (Fitzgerald et al., 1988; Fitzgerald et al., 1995) para português por investigadores fluentes em ambas as línguas e, em seguida, procedeu-se à retroversão dos itens em português para inglês, verificando-se o grau de concordância com a escala original. Por fim, a versão traduzida foi aplicada a uma pequena amostra aleatória de homens e mulheres, visando analisar detalhadamente a compreensão dos itens e obter a versão portuguesa final do EAAS.

Escala de Distress - ED (Kessler Psychological Distress Scale, K10 - Kessler et al., 2002)

É um instrumento de autopreenchimento, validado para a população portuguesa (Pereira et al, 2019), com o intuito de avaliar a presença de distress. Esta escala é constituída por 10 itens, cotados através de uma escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Nenhum dia; 2 - Poucos dias; 3 - Alguns dias; 4 - A maior parte dos dias; 5 -Todos os dias). A cotação da escala é realizada através do somatório dos itens para o total. Nesta

escala, uma pontuação mais elevada indica maiores níveis de distress. A escala original apresenta um α de *Cronbach* de 0,89. A versão portuguesa apresenta uma boa consistência interna (α = 0,910).

Escala de Pensamentos Negativos Intrusivos - EPNI (Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale, PINTS – Magson et al, 2019)

É um instrumento de autopreenchimento, validado para a população portuguesa (Peixoto & Cunha, 2017), com o intuito de avaliar a presença de pensamentos repetitivos, negativos e desadaptativos. Esta escala é composta por 5 itens, cotados através de uma escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Quase nunca; 3 - às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Quase sempre), que permite chegar às 3 características principais do pensamento negativo e repetitivo que são: (a) repetitivo, (b) intrusivo, (c) difícil de desativar, propostas por Ehring et al (2017). A cotação da escala é realizada através do somatório dos itens para o total. Nesta escala, uma pontuação mais elevada sinaliza maiores níveis de pensamentos repetitivos, negativos e desadaptativos. A escala original apresenta um α de Cronbach de 0,91. A versão portuguesa apresenta uma boa consistência interna (α = 0,88).

Questionário de Investimento Académico - QPA

Visando avaliar as características do investimento académico relativamente ao grau de investimento no mesmo, foram desenvolvidas um conjunto de questões, com base na literatura (Cortina et al., 1998; Fitzgerald, 1990; Huerta et al., 2006), que incluíram as seguintes dimensões: motivação, atitudes, assiduidade e desempenho académico (e.g., Ultimamente tenho pensado em desistir da minha formação académica; Ultimamente tenho faltado às aulas). Estas questões são cotadas através de uma escala de tipo Likert de 5 pontos (0 - Nunca; 1 – Poucas vezes; 2 – Algumas vezes; 3 - Frequentemente; 4 - Muito frequentemente). Pressupomos que uma pontuação mais elevada traduz indicadores mais desfavoráveis do grau de investimento académico.

Escala de Resiliência - ER (The Resilience Scale, RS – Wagnild & Young, 1993)

É um instrumento de autopreenchimento, validado para a população portuguesa (Jardim, Pereira & Bártolo, 2021), com o intuito de avaliar a capacidade de enfrentar situações difíceis e situações do dia a dia, nas dimensões da autodeterminação e adaptabilidade. Esta escala é constituída por 10 itens, cotados através de uma escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Quase nunca; 3 - às vezes; 4 - Frequentemente; 5 -

Quase sempre) e distribuídos por dois fatores: autodeterminação (itens 1, 2, 3, 4, 5) e adaptabilidade (itens 6, 7, 8, 9, 10). A pontuação da escala total varia entre 50 e 10, a pontuação da subescala autodeterminação e adaptabilidade varia ente 5 e 25. A cotação da escala é realizada através do somatório dos itens para o total e para as sub-escalas. Nesta escala, uma pontuação mais elevada indica maiores níveis de resiliência. A escala original apresenta um α de Cronbach de 0,91. A versão portuguesa apresenta uma boa consistência interna (α = 0,866), com o fator referente à autodeterminação com um α de Cronbach de 0,843 e o fator relacionado à adaptabilidade com um α de Cronbach de 0,813.

Análise dos Dados

A análise estatística realizou-se com recurso ao Software IBM SPSS Statistics (versão 29) e o nível de significância de $p \leq 0.05$. Primeiramente, realizou-se a análise descritiva das características sociodemográficas dos participantes e variáveis psicológicas totais e subescalas (i.e. média, desvio padrão, mínimo e máximo), com o intuito de avaliar a normalidade da amostra (i.e assimetria e curtose) e fiabilidade dos instrumentos através do alfa de Cronbach.

Realizou-se uma análise comparativa para averiguar as diferenças entre géneros, idades, vítimas/não-vítimas através do qui-quadrado (X^2) ou do teste *t* de Student ou da ANOVA. Posteriormente, realizou-se uma análise correlacional, para averiguar a associação das variáveis em estudo: experiências de assédio sexual, atitudes perante o assédio sexual, distress, resiliência e pensamentos negativos intrusivos, através de teste de correlação de Pearson (*r*).

Adicionalmente, foi realizada uma análise de conteúdo, baseada em Bardin (1977) e Franco (2020), referente às respostas livres dadas à questão "O que entende por assédio sexual?". O processo de análise de conteúdo compreendeu três fases distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações.

Resultados

Análise Descritiva das Variáveis

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva, bem como os alfa de Cronbach, das variáveis em análise, no que concerne à amostra total. Assim, a variável Experiências Sexuais obteve uma média total de 23,32 (*DP* = 6,95). No que concerne às Atitudes face ao Assédio Sexual, esta variável obteve uma média total de 43,32 (*DP* = 8,76). De

seguida, a variável Distress obteve uma média total de 23,25 (*DP* = 7,40). Relativamente à variável Pensamentos Negativos e Intrusivos, esta obteve uma média total de 17,25 (*DP* = 3,88). Em relação à variável Investimento Académico, esta obteve uma média total de 11,75 (*DP* = 3,80). Por fim, no que se refere à variável Resiliência, obteve-se uma média de 36,03 (*DP* = 6,47), sendo que a subescala Autodeterminação apresentou uma média de 18,27 (*DP* = 3,82), e na subescala Adaptabilidade observou-se uma média de 17,75 (*DP* = 3,32).

Tabela 2

Análise Descritiva e Consistência Interna das Variáveis

Variável	Itens	N	*M*	*DP*	Min	Máx	*α*
Experiências Sexuais	19	457	23,25	6,95	19,00	95,00	0,903
Atitudes face ao Assédio Sexual	19	352	43,32	8,76	19,00	67,00	0,808
Distress	10	341	23,25	7,40	10,00	46,00	0,908
Pensamentos Negativos Intrusivos	5	335	17,25	3,88	5,0	25,0	0,846
Investimento Académico	6	506	11,75	3,80	6,00	25,00	0,712
Resiliência	10	331	36,03	6,47	17,00	50,00	0,883
Autodeterminação	5	331	18,28	3,82	7,00	25,00	0,854
Adaptabilidade	5	331	17,75	3,32	6,00	25,00	0,803

Nota. M = Média; *DP* = Desvio-padrão

Correlações entre Variáveis

Foi utilizado o coeficiente de correlação de *Pearson* (r) para correlacionar as diferentes variáveis entre si, bem como as respetivas subescalas.

Assim, conforme se apresenta na Tabela 3, verificou-se uma correlação estatisticamente significativa, positiva e fraca entre as Experiências Sexuais e o Distress (r = -0,26; $p \leq 0,001$), entre as Experiências Sexuais e os Pensamentos Negativos Intrusivos (r = 0,16; p = 0,003) e entre as Experiências Sexuais e o Investimento Académico (r = 0,19; $p \leq 0,001$).

Por outro lado, verificou-se uma correlação estatisticamente significativa, positiva e fraca entre as Atitudes face ao Assédio Sexual e a Resiliência (r = 0,19; $p \leq 0,001$), bem

como entre as Atitudes face ao Assédio Sexual e a subescala Autodeterminação (r = 0,16; p = 0,003) e entre as Atitudes face ao Assédio Sexual e a subescala Adaptabilidade (r = 0,19; $p \leq 0,001$).

Foi também verificada uma correlação positiva, significativa e moderada entre o Distress e os Pensamentos Negativos Intrusivos (r = 0,52; $p \leq 0,001$), bem como entre o Distress e o Investimento Académico (r = 0,35; $p \leq 0,001$) e uma correlação estatisticamente significativa, negativa e moderada entre o Distress e a Resiliência (r = -0,46; $p \leq 0,001$), entre Distress e a subescala Autodeterminação (r = -0,41; $p \leq 0,001$) e entre Distress e a subescala Adaptabilidade (r = -0,42; $p \leq 0,001$).

Foi verificada uma correlação estatisticamente significativa, positiva e fraca entre o Pensamentos Negativos Intrusivos e o Investimento Académico (r = 0,23; $p \leq 0,001$) e uma correlação significativa, negativa e moderada entre o Pensamentos Negativos Intrusivos e a Resiliência (r = -0,39; $p \leq 0,001$), entre Pensamentos Negativos Intrusivos e a subescala Autodeterminação (r = -0,35; $p \leq 0,001$) e entre Pensamentos Negativos Intrusivos e a subescala Adaptabilidade (r = -0,37; $p \leq 0,001$).

De seguida, verificou-se uma correlação estatisticamente significativa, negativa e fraca entre o Investimento Académico e a Resiliência (r = -0,22; $p \leq 0,001$), entre o Investimento Académico e a subescala Autodeterminação (r = -0,22; $p \leq 0,001$) e entre o Investimento Académico e a subescala Adaptabilidade (r = -0,18; p = 0,001).

Por fim, verificou-se uma correlação estatisticamente significativa, positiva e forte entre a Resiliência e a subescala Autodeterminação (r = 0,92; $p \leq 0,01$), entre a Resiliência e a a subescala Adaptabilidade (r = 0,89; $p \leq 0,001$) e entre a subescala Autodeterminação e a subescala Adaptabilidade (r = 0,64; $p \leq 0,001$).

As restantes correlações não significativas entre as escalas e as subescalas são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3

Correlações de Pearson entre as Variáveis

Variáveis	2	3	4	5	6	7	8
1.Experiências Sexuais	-0,01	0,26**	0,16**	0,19**	-0,07	-0,05	-0,08
2.Atitudes face ao Assédio Sexual	-	-0,05	-0,03	0,07	0,19**	0,16**	0,19**

3.Distress	-	0,52**	0,35**	-0,46**	-0.41**	-0,42**
4.Pensamentos Negativos Intrusivos		-	0,23**	-0.39**	-0,35**	-0,37**
5.Investimento Académico			-	-0,22**	-0,22**	-0,18**
6.Resiliência				-	0,92**	0,89**
7.Autodeterminação					-	0,64**
8.Adaptabilidade						-

Nota. ** $p \leq 0{,}010$

Prevalência e Caracterização das Experiências de Assédio Sexual

Na Tabela 4 são apresentados os dados referentes à prevalência de assédio sexual. Assim, verifica-se que na presente amostra (N = 388), a maioria dos participantes nunca foi alvo de assédio sexual (*n* = 332; 85,6%), enquanto 56 participantes reportaram já terem sido alvo de assédio sexual (*n* = 56; 14,4%).

Tabela 4

Prevalência do Assédio Sexual (N= 388[1])

Variável	*n*	%
Alvo de Assédio Sexual		
Nunca	332	85,6
Uma Vez	31	8,0
Várias Vezes	23	5,9
Frequentemente	2	0,5
Muito Frequentemente	0	0,0

[1] Total de participantes que responderam a esta questão

Relativamente às características sociodemográficas da amostra que foi alvo de assédio sexual (N= 56), estas são apresentadas na Tabela 5, verificando-se que a amostra é composta maioritariamente por mulheres (*n* = 50; 89,3%), sendo que a maior parte da amostra se identifica com o género feminino (*n* = 48; 85,7%). A média de idades deste subgrupo é de 21,49 anos (*DP* = 3,30; Min = 18,00; Máx = 40,00) e a maioria encontra-se envolvido numa relação amorosa (*n* = 35; 62,5%).

Atualmente, a maioria dos participantes frequenta o Ensino Superior público (*n* = 34; 60,7%), sendo que a região onde se encontram a frequentar o Ensino Superior com maior representatividade é a Área Metropolitana de Lisboa (*n* = 42; 75,0%), seguida da região de Setúbal (*n* = 11; 19,6%). Dos 56 participantes, a larga maioria frequenta atualmente a licenciatura (*n* = 25; 44,6%) ou o mestrado (*n* = 20; 35,7%), predominantemente na área de Saúde (*n* = 23; 41,1%). A generalidade dos participantes, durante o período de aulas, reside em casa de pais/familiares (*n* = 36; 64,3%).

Tabela 5

Características Sociodemográficas das Vítimas de Assédio Sexual (N = 56)

Variável	*n*	%
Idade (*M, DP*)	21,54	3,31
Sexo Biológico		
Mulheres	50	89,3
Homens	6	10,7
Género		
Feminino	48	85,7
Masculino	6	10,7
Não binário	1	1,8
Prefiro não responder	1	1,8
Outro	0	0,0
Relação Amorosa		
Sim	35	62,5
Não	21	37,5
Ensino Superior		
Público	34	60,7
Privado	22	39,3
Distrito de Portugal		
Açores	1	1,8
Aveiro	1	1,8
Beja	0	0,0
Braga	0	0,0
Bragança	0	0,0

Castelo Branco	0	0,0
Coimbra	0	0,0
Évora	0	0,0
Faro	0	0,0
Guarda	0	0,0
Leiria	0	0,0
Lisboa	42	75,0
Madeira	0	0,0
Portalegre	0	0,0
Porto	1	1,8
Santarém	0	0,0
Setúbal	11	19,6
Viana do Castelo	0	0,0
Vila Real	0	0,0
Viseu	0	0,0
Área de Estudos		
Área de Ciências	5	8,9
Área de Saúde	23	41,1
Área de Tecnologias	1	1,8
Áreas de Agricultura e Recursos Naturais	0	0,0
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design	3	5,4
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores	2	3,6
Áreas de Direito, Ciências Socias e Serviços	9	16,1
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade	6	10,7
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução	0	0,0
Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	7	12,5
Ciclo de Estudos		
Curso Técnico Superior Profissional	0	0,0
Licenciatura	25	44,6
Mestrado	20	35,7
Mestrado Integrado	10	17,9
Doutoramento	1	1,8

Residência		
Casa de Pais/familiares	36	64,3
Residência Universitária	3	5,4
Alojamento Alugado Individual	2	3,6
Alojamento Alugado Partilhado	10	17,9
Alojamento Próprio	3	5,4
Outro	2	3,6

Nota. M = Média*; DP* = Desvio-padrão

Na Tabela 6, encontramos os dados relativos às características das dinâmicas do assédio sexual, designadamente: os seus agentes, contextos e atitudes perante estas experiências. A maioria dos participantes foi assediada por um colega (homem) (*n* = 29; 51,8%), sendo que a maior parte destas ocorrências ocorreu em contexto de festas no recinto da instituição (*n* = 23; 41,1%), seguidas pela sala de aula/laboratório (*n* = 16; 28,6%). Nestas situações, a generalidade dos participantes respondeu "fiz de conta que não notei" (*n* = 31; 55,4%), seguido por "demonstrei imediatamente desagrado/indignação" (*n* = 23; 41;1%). Importa salientar que as questões permitiam mais que uma resposta.

Tabela 6

Dinâmicas do Assédio Sexual: Agentes, Contextos e Atitudes (N= 56[1])

Variável	*n*	%
Agentes		
Colega (homem) (N=56)	29	51,8
Colega (mulher) (N=56)	7	12,5
Docente (homem) (N=56)	11	19,6
Docente (mulher) (N=56)	0	0,0
Funcionário dos serviços de apoio (homem) (N=56)	6	10,7
Funcionário dos serviços de apoio (mulher) (N=56)	1	1,8
Outro (homem) (N=56)	7	12,5
Outro (mulher) (N=56)	1	1,8

Não sei/Não respondo	2	3,6
Contextos		
Sala de aula/Laboratório (N=56)	16	28,6
Festas no Recinto da Instituição (N=56)	23	41,1
Residência Universitária (N=56)	3	5,4
Gabinete de Docente (N=56)	1	1,8
Praxe Académica (N=56)	4	7,1
Refeitório/Bar (N=56)	8	14,3
Locais de Estudo (e.g. biblioteca, sala de estudos, sala de computadores) (N=56)	5	8,9
Serviços Académicos (N=56)	0	0,0
Atividades Extracurriculares (e.g. ginásio, desportos coletivos, tuna) (N=56)	6	10,7
Associação de Estudantes (N=56)	0	0,0
Instalações Sanitárias (N=56)	1	1,8
Corredores (N=56)	11	19,6
Parque de Estacionamento (N=56)	2	3,6
Outro(s) (N=56)	6	10,7
Não sei/Não respondo (N=56)	2	3,6
Atitudes		
Demonstrei imediatamente desagrado/ indignação (N=56)	23	41,1
Fiz de conta que não notei (N=56)	31	55,4
Confrontei imediatamente a pessoa, exigindo que a situação não se repetisse (N=56)	7	12,5
Apresentei queixa junto dos órgãos diretivos da instituição (N=56)	1	1,8
Apresentei queixa junto de órgãos policiais (N=56)	0	0,0
Não fiz nada (N=56)	12	21,4
Outra(s) (N=56)	4	7,1
Não sei/ Não respondo (N=56)	2	3,6

[1]Apenas participantes que responderam serem alvo de assédio sexual (N = 56)

Comparações entre Grupos

Foi realizada a ANOVA unifatorial, apresentada na Tabela 7, com o intuito de comparar as diferenças entre a variável Atitudes face ao Assédio Sexual em função das características sociodemográficas.

Relativamente à idade, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas entre grupos (F (2, 490) = 7,79; $p \leq 0,001$), sendo que, através das comparações Post-Hoc, foi possível observar que o grupo 25 anos ou mais (M = 46,80; DP = 8,82) obteve uma média superior em relação ao grupo 20-24 anos (M = 42,22; DP = 8,28).

No que diz respeito ao sexo biológico, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas entre grupos (F (1, 350) = 20,07; $p \leq 0,001$), sendo que os homens (M = 46,99; DP = 9,01) obtiveram uma média superior, comparativamente com as mulheres (M = 42,19; DP = 8,38).

Em relação ao género, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas (F (2, 349) = 15,28; $p \leq 0,001$), sendo que, através das comparações Post-Hoc, foi possível observar que o grupo masculino (M = 47,82; DP = 8,85) obteve uma média superior em relação ao grupo feminino (M = 42,13; DP = 8,27) e em relação grupo não binário/outros (M = 38,67; DP = 9,25).

No que concerne à área de estudos, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas (F (8, 342) = 2,84; p = 0,005), sendo que o grupo áreas de ciências da educação e formação de professores (M = 47,47; DP = 9,70) obteve uma média superior em relação ao grupo áreas de arquitetura, artes plásticas e design (M = 40,04; DP = 7,25)

Relativamente à relação Amorosa, Ensino Superior, distrito de Portugal, ciclo de estudos e residência, os resultados não revelaram diferenças estatisticamente significativas no que concerne a variável Atitudes face ao Assédio Sexual.

Tabela 7

Atitudes face ao Assédio Sexual em Função das Características Sociodemográficas

Atitudes face ao Assédio Sexual	N	*M*	*DP*	*F*	*p*
Idade					
18-19 anos	47	45,57	9,94	7,79	≤0,001

20-24 anos	255	42,22	8,28		
25 anos ou mais	50	46,80	8,82		
Sexo Biológico					
Mulheres	269	42,19	8,38	20,07	≤0,001
Homens	83	46,99	9,01		
Género					
Feminino	264	42,13	8,27		
Masculino	79	47,82	8,85	15,28	≤0,001
Não binário/Outro	9	38,67	9,25		
Relação Amorosa					
Sim	197	42,79	8,75	1,64	0,202
Não	155	43,99	8,75		
Ensino Superior					
Público	231	42,81	8,77	2,30	0,130
Privado	121	44,30	8,70		
Distrito de Portugal					
Norte	12	46,75	8,37		
Centro	286	43,07	8,98	1,14	0,321
Sul	54	43,87	7,55		
Área de Estudos					
Área de Ciências	27	45,33	7,55		
Área de Saúde	117	42,56	8,57		
Área de Tecnologias	17	45,65	7,62		
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design	27	40,04	7,25		
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores	19	47,47	9,70	2,84	0,005
Áreas de Direito, Ciências Socias e Serviços	54	41,65	8,31		
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade	32	46,59	9,46		
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução	22	40,23	9,70		

Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	36	44,83	9,01		
Ciclo de Estudos					
Curso Técnico Superior Profissional	3	38,33	2,89		
Licenciatura	171	43,93	8,61	0,65	0,626
Mestrado	119	42,89	8,49		
Mestrado Integrado	57	42,58	9,96		
Doutoramento	2	45,50	7,78		
Residência					
Casa de Pais/familiares	260	43,06	8,40		
Residência Universitária	12	44,67	8,39		
Alojamento Alugado Individual	8	42,88	13,85	1,41	0,219
Alojamento Alugado Partilhado	47	42,51	9,25		
Alojamento Próprio	22	46,23	8,46		
Outro	3	53,00	16,46		

Nota. *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão

Foi realizado o teste-t de amostras independentes, apresentado na Tabela 8, com o intuito de comparar as médias das variáveis do estudo entre os grupos não-vítimas e vítimas.

Relativamente às Experiências Sexuais, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas (t (386) = -7,37; $p \leq 0{,}001$) entre grupos, sendo que o grupo das vítimas (M = 33,95; DP = 12,45) obteve uma média superior em relação ao grupo das não-vítimas (M = 21,59; DP = 3,73).

Em relação ao Distress, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas (t (339) = -3,66; $p \leq 0{,}001$) entre grupos, sendo que o grupo das vítimas (M = 27,10; DP = 7,30) obteve uma média superior em relação ao grupo das não-vítimas (M = 22,71; DP = 7,26).

No que concerne o Investimento Académico, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas (t (386) = -2,61; $p \leq 0{,}009$) entre grupos, sendo que o grupo das vítimas (M = 12,98; DP = 4,87) obteve uma média superior em relação ao grupo das não-vítimas (M = 11,57; DP = 3,51).

No que diz respeito às Atitudes face ao Assédio Sexual, Pensamentos Negativos Intrusivos, Resiliência, subescala Autodeterminação, subescala Adaptabilidade, os resultados não revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos não-vítimas e vítimas.

Tabela 8

Comparações entre Grupos: Não-Vítimas e Vítimas

Grupo	Não-Vítimas			Vítimas				
	N	*M*	*DP*	N	*M*	*DP*	*t*	*p*
Experiências Sexuais	332	21,59	3,73	56	33,95	12,45	-14,67	≤0.001
Atitudes face ao Assédio Sexual	308	43,56	8,91	44	41,61	7,49	1,38	0,167
Distress	299	22,71	7,26	42	27,10	7,30	-3,66	≤0,001
Pensamentos Intrusivos Negativos	294	17,11	3,88	41	18,24	3,75	-1,76	0,080
Investimento Académico	332	11,57	3,51	56	12,98	4,87	-2.61	0,009
Resiliência	292	36,09	6,55	39	35,59	5,88	0,46	0,649
Autodeterminação	292	18,30	3,84	39	18,13	3,71	0,27	0,791
Autodeterminação	292	17,79	3,89	39	17,46	2,91	0,58	0,563

Nota. M = Média; *DP* = Desvio-padrão

Análise de Conteúdo

Foi realizada uma análise de conteúdo, apresentada na Tabela 9, com o propósito de categorizar as respostas dadas sobre o conceito de assédio sexual pelos 394 participantes que responderam a esta questão. O processo de análise de conteúdo compreendeu três fases distintas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretações.

Inicialmente, na fase de pré-análise, procedeu-se à organização do documento que continha as perceções referentes ao conceito de assédio sexual. Posteriormente, o material foi explorado em detalhe, permitindo a identificação de padrões e categorias, começando a emergir uma pré-definição da categorização das respostas

Por fim, as categorias foram agrupadas e organizadas de acordo com temas e subtemas relevantes, referentes ao conceito de assédio sexual. Esta categorização

permitiu uma compreensão aprofundada das perceções dos participantes sobre o tema em estudo.

Tabela 9

Categorização das Perceções Referentes ao Conceito de Assédio Sexual (N = 394[1])

Categorias	Exemplos
Comentários indesejados/inapropriados de cariz sexual	"Comentários promíscuos sobre o corpo, aparência física, piropos, piadas ofensivas, elogios."
Comportamentos indesejados/ inapropriados de cariz sexual	"Beijos, abraços, massagens, olhares invasivos, assobios, tentativa/toque físico (ex. em partes íntimas, mãos nas ancas, apalpões), exposição dos órgãos sexuais."
Atitudes e comportamentos de coerção sexual	"Forçar alguém a envolver-se fisicamente com outra pessoa." "Qualquer forma de tentativa ou pressão indesejada exercida sobre uma pessoa que envolva ou se relacione com atos sexuais ou íntimos."
Agressão/Violência sexual	"Comportamentos que vão desde agressões verbais até abuso sexual e agressão sexual."
Ausência de consensualidade	"Ato não recíproco direcionado a mim sem qualquer solicitação ou interesse da minha parte." "Quando há um desrespeito por outra pessoa de forma sexual, forçando e ignorando a vontade do indivíduo que sofre este assédio." "Qualquer tipo de comportamento ou comentário que desrespeite e ultrapasse os limites e vontades de

	alguém. Ignora o consentimento, a liberdade e dignidade de uma pessoa de forma a obrigá-la a fazer parte de uma interação sexual não desejada (atos, comentários, olhares)."
Atitudes abusivas de exercício do poder com conotação sexual	"Um comportamento desadequado de índole ou sugestão sexual que se configure numa relação de poder assimétrica seja do ponto de vista da força, hierarquia laboral ou assente em expectativas de género e outras características sociodemográficas." "Quando uma pessoa utiliza o seu estatuto de modo a obter o que deseja, chantageando através de abusos físicos ou verbais."
Descarga de impulso sexual	"Constranger alguém com comentários de cariz sexual com o intuito de satisfazer os seus desejos." "Qualquer tentativa de obter algum tipo de satisfação sexual não consentida de outra pessoa." "Quando uma pessoa utiliza outra para satisfazer as suas necessidades sexuais ou lhe apresenta material pornográfico ou grava situações privadas."
Impactos negativos sobre a vítima	"Entrarem numa dimensão da minha liberdade sem qualquer permissão. Pôr-me desconfortável, insegura, com medo. Não controlar a situação em que estou inserida, sem noção de qual pode ser o desfecho, não tendo

	controlo do que podem fazer com o meu corpo." "Um comportamento ou verbalização de caráter sexual indesejado com o objetivo de constranger, humilhar, perturbar ou intimidar a outra pessoa de alguma forma."
Invasão do espaço pessoal	"Todo e qualquer desrespeito dos limites impostos por alguém sobre o próprio corpo e identidade de natureza pessoal." "Uma ação (comportamento, comentário, …) de cariz sexual, que invade a liberdade sexual de outra pessoa, numa violação do espaço pessoal e da sua liberdade de se mover sem receio em espaços partilhados com outras pessoas (e.g., rua, transportes públicos, estabelecimento de ensino)."
Desrespeito/persistência em atitudes e comportamentos indesejados/inapropriados	"Todo e qualquer comportamento verbal ou não-verbal, bem como físico, que invada o espaço do outro na esfera sexual, sem a oportunidade de consentir ou após a negação do consentimento, o agressor, mesmo assim continuar o comportamento após a negação do mesmo. " "Quando após um não claro por parte da pessoa que não deseja ter nada sexual, a outra pessoa prossiga com tentativas não solicitadas, como por exemplo,

	toque físico, comentários verbais, e coação em níveis mais extremos.”
Objetificação do corpo	“Comentários obscenos sobre o corpo ou sobre a vontade de querer fazer alguma coisa comigo.” “Qualquer comentário, toque, olhar desconfortável sobre corpos alheios sem consentimento.”

[1] Total de participantes que responderam a esta questão

Discussão

A presente investigação pretendeu promover uma melhor compreensão do assédio sexual no contexto do Ensino Superior em Portugal, bem como de alguns dos fatores psicológicos que lhe estão associados, designadamente: distress, pensamentos negativos e intrusivos, investimento académico e resiliência.

O primeiro objetivo do estudo visa avaliar as associações entre as variáveis em estudo: experiências de assédio sexual, atitudes perante o assédio sexual, distress, pensamentos negativos e intrusivos, investimento académico e resiliência.

Os resultados indicam que os indivíduos que relataram mais experiências de assédio sexual tendem a experienciar níveis mais elevados de distress e de pensamentos negativos intrusivos. Estes resultados são consistentes com os previamente encontrados na literatura, que demonstraram que as experiências de assédio sexual estão frequentemente associadas a um aumento do distress (Collinsworth et al., 2009) e de pensamentos negativos intrusivos (Gautam, 2019; Stockdale, 2009). De acordo com o estudo de Collinsworth e colegas (2009), as características da experiência de assédio, do perpetrador e do ambiente desempenham um papel importante no distress pós vitimização. A severidade da experiência de assédio sexual, a existência de ameaça e de manifestações físicas, dificuldades em fugir do agressor, o ser alvo único, o status e o poder do perpetrador, bem como a frequência com que o comportamento assediante ocorre, representam alguns da multiplicidade de fatores que contribuem para a exacerbação do distress (Collinsworth et al., 2009).

Além disso, pessoas que já foram vítimas de assédio sexual anteriormente podem apresentar sintomas mais intensos devido ao trauma subsequente, sugerindo um possível

efeito cumulativo criado por múltiplas experiências de vitimização (Collinsworth et al., 2009). Este estudo também concluiu que o grupo com alto risco de ter sintomas de PTSD, como, por exemplo, pensamentos negativos intrusivos, consiste em mulheres que já foram assediadas sexualmente. Pessoas que já tiveram outras experiências de vitimização apresentam maior probabilidade de desenvolver sintomas de PTSD. A auto-culpabilização pela parte da vítima também contribui para um maior distress. Além disso, as vítimas de assédio sexual tendem a experienciar pensamentos repetitivos, negativos e desadaptativos, que são difíceis de controlar. De acordo com Sinclair e colegas (2023), vítimas que ruminem mais sobre as suas experiências de assédio sexual estão mais propensas a relatar sintomas de depressão. Ou seja, este mecanismo de ruminação, leva ao surgimento de pensamentos negativos, exacerbando o distress, que se manifesta em queixas de ansiedade e depressão. A associação por nós encontrada entre o distress e os pensamentos negativos intrusivos é consistente com os resultados do estudo de Dougall e colegas (1999), que mostram que estudantes com níveis mais altos de distress apresentam níveis mais altos de pensamentos negativos e intrusivos, e vice-versa. Este estudo demonstrou ainda que as pessoas com pensamentos não controláveis e persistentes relatavam níveis mais elevados de distress.

Os resultados do presente estudo indicaram que estudantes que relatavam mais experiências de assédio sexual tendem a manifestar menor investimento no seu percurso académico. Isto é congruente com o estudo de Kirkner e colaboradores (2022), sugerindo que o assédio sexual, quando presente em instituições de Ensino Superior, pode ter impacto na perceção global da experiência formativa, influenciando negativamente o investimento académico, designadamente ao nível da motivação e desempenho dos alunos (Huerta et al., 2006). Complementarmente, também os já referidos distress e pensamentos negativos intrusivos podem dificultar a atenção e concentração no estudo, assim como o foco nas responsabilidades académicas. De acordo com os resultados deste estudo, os estudantes que apresentaram níveis mais elevados de distress e pensamentos negativos intrusivos revelaram menor investimento académico. Parece-nos provável que a ansiedade e o stress resultantes das experiências de assédio sexual possam ter um impacto negativo na motivação para aprender, bem como favorecer a ausência às aulas e, consequentemente, prejudicar o desempenho académico.

O presente estudo demonstrou ainda que os estudantes com maiores níveis de resiliência apresentavam atitudes mais permissivas e tolerantes em relação ao assédio sexual. Apesar de não existirem estudos sobre esta relação, podemos argumentar que a resiliência, caracterizada por competências de autodeterminação e adaptabilidade, promove a minimização e racionalização destes comportamentos inadequados e indesejados. A autodeterminação permite que os indivíduos mantenham a determinação em completar as suas tarefas e alcançar os seus objetivos, independentemente das dificuldades e obstáculos. Esta forte determinação pode levar à racionalização do assédio sexual como um problema menor que não deve desviar a atenção das suas metas. Por outro lado, a adaptabilidade, remetendo para a capacidade de mudar de estratégia em função dos objetivos, pode contribuir para que estes indivíduos aceitem ou se adaptem a comportamentos assediantes. Este mecanismo serviria, deste modo, para evitar conflitos e manter a homeostasia, tornando-se o assédio sexual numa experiência para ser gerida internamente, sem a necessidade de intervenção externa. Sintetizando, hipotetizamos que a conjugação da autodeterminação e adaptabilidade, enquanto alicerces da resiliência, pode resultar numa maior tolerância face a comportamentos de assédio sexual, devido à priorização da concretização de objetivos e manutenção de um ambiente funcional.

A análise dos dados revelou também que os estudantes que apresentavam níveis mais altos de resiliência revelavam níveis mais baixos de distress e pensamentos negativos intrusivos. Este resultado foi igualmente documentado pelo estudo de Jeamjitvibool e colegas (2022), que apontou como possível explicação o facto da resiliência, perante as experiências adversas e traumáticas, como o assédio sexual, poder contribuir para atenuar os sintomas de depressão, stress, ansiedade e PTSD, bem como os pensamentos negativos intrusivos. Além disso, a resiliência tende a atuar como um fator de proteção contra este tipo de eventos, aumentando a capacidade de lidar com os mesmos (McBride & Ireland, 2016). Indivíduos com níveis altos de resiliência geralmente toleram melhor sentimentos negativos, têm uma forte capacidade de autorreflexão, autoeficácia e possuem um elevado senso de responsabilidade, todas estas características facilitam uma melhor gestão do distress e pensamentos negativos intrusivos, associados à experiência de assédio sexual.

Os resultados mostraram que estudantes com menores níveis de resiliência tendem a apresentar menor investimento académico. Este dado está alinhado com o estudo de

Romano e colegas (2021), que documentou que os alunos mais resilientes apresentavam maior satisfação e participação escolar, em comparação com os pares menos resilientes. A resiliência é essencial para que os alunos enfrentem e superem desafios académicos e pessoais. Estudantes menos resilientes podem ter mais dificuldade em lidar com o stresse, o fracasso e a pressão escolar inerentes à vida académica, resultando numa maior probabilidade de desinvestimento académico. Paralelamente, a resiliência também está associada à motivação e à persistência (Martin & Marsh, 2006), verificando-se que os alunos com menores competências de resiliência tendem a evidenciar menor motivação para persistir diante das dificuldades, o que tende a resultar num investimento académico mais baixo. Como a resiliência está frequentemente associada a níveis mais altos de autoestima e autoconfiança (Martin & Marsh, 2006), alunos com baixa resiliência poderão ser mais suscetíveis de desenvolver uma autoimagem negativa e dúvidas sobre as suas capacidades, levando-os a evitar situações desafiantes e, eventualmente, a afastar-se dos estudos. Por fim, salienta-se que a resiliência envolve o uso eficaz de estratégias para resolver problemas (Almeida Santos & Benevides Soares, 2018), pelo que os estudantes menos resilientes podem recorrer mais frequentemente a estratégias ineficazes, como a evitação ou a procrastinação, favorecendo prejuízos sobre o investimento académico e aumentando a probabilidade de abandono escolar.

O segundo objetivo do estudo visa explorar a prevalência das experiências de assédio sexual em estudantes do Ensino Superior, caracterizando as suas formas, agentes, contextos e variabilidade em função das características sociodemográficas. Verificou-se que 14,4% dos participantes do presente estudo reportaram terem sido alvo de experiências de assédio sexual. Esta taxa de prevalência está alinhada com a verificada num estudo recente, realizado em contextos académicos australianos, que demonstrou que 16,1% dos participantes haviam sido vítimas de assédio sexual (Heywood et al., 2022). Do mesmo modo, foi identificada uma taxa de prevalência de 24,2% em faculdades norueguesas (Siversten et al., 2019) e de 25,3% em faculdades holandesas (Wellum et al., 2023). Na nossa amostra, a maioria das vítimas foram mulheres, o que está igualmente em consonância com vários outros estudos prévios (Sivertsen et al., 2019; Wood et al., 2021), demonstrando claramente que as estudantes do Ensino Superior do sexo feminino estão em maior risco de serem alvo de comportamentos de cariz sexual indesejados. A predominância de mulheres entre as vítimas sugere que as

questões de género desempenham um papel significativo na dinâmica de assédio sexual no Ensino Superior, quer globalmente, quer em Portugal. Este facto pode ser atribuído a uma combinação de fatores culturais, sociais e estruturais (Marshall et al., 2014). Culturalmente, as mulheres são ensinadas a assumir papéis mais passivos e submissos, o que pode ser explorado pelos perpetradores de assédio sexual. Além disso, socialmente, a objetificação das mulheres e a perpetuação de estereótipos de género contribuem para a normalização de comportamentos de cariz sexual indesejados. Estruturalmente, a desigualdade de poder entre géneros, presente tanto na sociedade em geral quanto nas instituições de Ensino Superior, pode criar um ambiente onde as mulheres são mais vulneráveis a comportamentos de assédio sexual. Paralelamente, a média de idades das vítimas (21,49 anos) sinaliza que as experiências de assédio sexual afetam principalmente as estudantes mais jovens, tal como documentado em estudos anteriores (Sivertsen et al., 2019; Heywood et al., 2022). Os estudantes do Ensino Superior encontram-se num período crucial de desenvolvimento pessoal e académico, onde estão a estabelecer a sua independência e a consolidar as suas identidades adultas. Deste modo, afigura-se plausível hipotetizar que a vulnerabilidade associada a esta fase de transição pode contribuir para aumentar a suscetibilidade às experiências de assédio sexual.

Relativamente aos agentes de assédio, a maioria das vítimas foi alvo de atitudes ou comportamentos sexuais indesejados provenientes de colegas do sexo masculino, o que remete para a existência de dinâmicas de género reveladoras de desequilíbrios e desigualdades no contexto universitário. Esta informação é consistente com estudos que mostram que os homens são frequentemente os perpetradores de assédio sexual (Wood et al., 2021; Boskovic et al., 2023).

No que diz respeito ao contexto, verificou-se uma predominância das experiências de assédio sexual em festas nos recintos das instituições de ensino. Este dado sugere que os ambientes sociais informais, onde a supervisão é menor ou inexistente e o consumo de álcool, ou outras substâncias, é mais comum, podendo tornar as pessoas mais desinibidas, são ambientes particularmente propensos a incidentes de assédio sexual. É importante salientar que alguns casos de assédio sexual também foram registados em contextos de sala de aula ou laboratório. Isto sugere que o assédio sexual não está limitado a ambientes sociais informais, mas também ocorre em espaços académicos formais, onde supostamente as interações entre colegas, e entre alunos e professores,

devem ser mais estruturadas no que concerne às regras de interação. Estes dados são consistentes com um estudo realizado em universidades australianas, que documentou casos de assédio sexual em ambientes académicos informais, como festas e eventos, e em ambiente formais, como bibliotecas, salas de aula, anfiteatros e laboratórios (Heywood et al., 2022).

Relativamente às atitudes perante as experiências sexualmente assediantes, a reação mais frequente das vítimas foi - "Fiz de conta que não notei". Isto pode sugerir que existe uma cultura de silêncio, inação e minimização em torno das questões de assédio sexual no ambiente universitário. Esta cultura será, muito provavelmente, alimentada pelo medo das vítimas em relação às possíveis consequências vindas do perpetrador e da comunidade académica, pelo estigma associado ao ser vítima e pelo receio de serem julgadas ou culpadas por terem sido assediadas sexualmente. Adicionalmente, muitas vítimas podem temer que a queixa não seja considerada, resultando na ausência de consequências para o perpetrador. A segunda reação mais prevalente foi - "Demonstrei imediatamente desagrado/indignação" - o que pode indiciar que muitas vítimas optam por expressar o seu descontentamento no momento do incidente, devido à crescente consciencialização e empoderamento em relação aos direitos das mulheres e à inaceitabilidade do assédio sexual, independentemente do contexto onde este ocorre. Um estudo realizado em universidades europeias também documentou que as reações mais frequentes das pessoas ao serem alvo de comportamentos de assédio sexual foram - “Não fiz nada” – e – “Confrontei a pessoa” (Boskovic et al., 2023).

Relativamente ao terceiro objetivo, que visa avaliar as atitudes perante o assédio sexual em estudantes do Ensino Superior, explorando a sua variabilidade de acordo com as características sociodemográficas, verificaram-se diferenças significativas em função da idade, sexo biológico, género e área de estudos.

No que diz respeito à idade, observou-se que os estudantes com 25 anos ou mais apresentaram atitudes mais permissivas e tolerantes face a comportamentos de assédio sexual, em comparação com os estudantes mais jovens, designadamente os incluídos na faixa etária dos 20 aos 24 anos. Este resultado contraria os encontrados noutros estudos (Reilly et al., 1986; Foulis & McCabe, 1997; Magaji et al., 2020), que reportaram que os estudantes universitários mais velhos tendem a ser menos tolerantes a comportamentos indesejados, evidenciando-se, deste modo, uma relação inversa entre a idade e a tolerância face a estes comportamentos. Esta diferença de resultados pode ser

explicada pelo facto de a maioria dos estudos apresentados serem antigos e, portanto, potencialmente desatualizados em relação às mudanças culturais e sociais mais recentes. Nos últimos anos, tem havido uma crescente consciencialização e inaceitabilidade do assédio sexual, especialmente entre as gerações mais jovens. Movimentos sociais como *#MeToo e Time's Up* têm desempenhado um papel crucial em destacar e combater o assédio sexual, promovendo uma cultura de maior sensibilidade e não tolerância face a estes comportamentos indesejados. Parece-nos que a geração atual de estudantes universitários, exposta a estas iniciativas e debates com elas relacionados, estará mais informada e menos disposta a tolerar o assédio sexual, refletindo uma mudança substancial nas atitudes perante este fenómeno, em comparação com o verificado em décadas passadas.

Em relação, quer ao sexo biológico, quer ao género, observou-se que os estudantes do sexo masculino e que se identificam com o género masculino apresentam atitudes mais permissivas e tolerantes face a comportamentos de assédio sexual, em comparação com as estudantes do sexo feminino e que se identificam com género feminino, género não binário e outros géneros, sendo este dado congruente com o verificado noutros estudos (Russel & Trigg, 2004; Magaji et al., 2020). Um possível contributo explicativo para este resultado poderá advir da constatação que os homens são mais frequentemente os perpetradores de assédio sexual (Wood et al., 2021), o que, consequentemente, poderá influenciar uma atitude de maior permissividade perante este tipo de comportamentos. Por outro lado, as mulheres que são mais frequentemente as vítimas de assédio sexual (Sivertsen et al., 2019), poderão desenvolver uma maior sensibilidade face a estas práticas indesejadas, resultando numa perceção mais ampla e crítica daquilo que constitui assédio sexual (Gutek et al. 1980; Popovich et al. 1986), o que poderá resultar numa menor tolerância perante este tipo de comportamentos. As diferenças, entre homens e mulheres, no modo de significarem as experiências de assédio sexual poderão contribuir para atitudes divergentes entre eles (Blakely et al., 1995). Não obstante o sexo biológico, estas diferenças tenderão a ser marcadas pelas características conotadas com a identidade e expressão do género.

Quanto à área de estudos, os estudantes das áreas das ciências da educação e formação de professores mostraram uma maior aceitação e tolerância em relação ao assédio sexual, comparativamente com os estudantes das áreas de arquitetura, artes plásticas e design. Embora não tenham sido encontrados estudos que explorem as

diferenças nas atitudes perante o assédio sexual em função da área de estudos, estas diferenças podem resultar de especificidades relacionadas quer com a própria formação, quer com questões culturais e sociais. As áreas das ciências da educação e formação de professores focam-se em práticas pedagógicas e de desenvolvimento de competências de ensino, com, provavelmente, menor preponderância em questões sociais críticas, como a igualdade de género e as dinâmicas de poder, bem como outras questões relacionadas, em comparação com áreas de arquitetura, artes plásticas e design. Esta hipótese poderá refletir numa menor exposição a discussões sobre estes temas, contribuindo para uma maior normalização e aceitação de comportamentos de assédio sexual. Por outro lado, áreas como arquitetura, artes plásticas e design, tendem a promover o pensamento crítico e a reflexão sobre questões sociais. Esta eventual maior relevância atribuída a estes aspetos poderá influenciar os estudantes a serem menos tolerantes e permissivos face a estes comportamentos. Profissões na área das artes e do design, tendem a valorizar a diversidade e a inclusão como componentes da inovação e da criatividade, oferecendo deste modo alguma plausibilidade a esta hipótese (Fitzgerald et al., 1994).

Adicionalmente, é importante reconhecer que apesar de todos os estudantes revelarem uma multiplicidade de trajetos, previamente à entrada no Ensino Superior, os alunos de ciências da educação e formação de professores poderão, mais frequentemente, ser provenientes de contextos sociais e culturais em que as discussões sobre igualdade de género, dinâmicas de poder, sexismo, machismo podem não ser tão prevalentes ou consideradas relevantes. Em alguns casos, podem ter-se desenvolvido em ambientes mais conservadores, onde os papéis tradicionais de género ainda estão fortemente enraizados, o que poderá influenciar e moldar as atitudes e perceções em relação ao assédio sexual (Russel & Trigg, 2004).

O quarto objetivo visa analisar comparativamente as atitudes perante o assédio sexual, o distress, os pensamentos negativos e intrusivos, o investimento académico e a resiliência dos estudantes vítimas e não-vítimas de assédio sexual.

Os resultados revelaram que os estudantes que foram vítimas de assédio sexual apresentavam níveis mais elevados de distress, em comparação com os estudantes que não foram expostos a este tipo de experiências de cariz sexual indesejadas. Estes resultados são consistentes com estudos anteriores (Bastiani, 2019), sugerindo que os estudantes que foram vítimas de assédio sexual percecionam estas vivências como

negativamente impactantes sobre o bem-estar psicológico. Estes eventos indesejados podem desencadear uma série de consequências emocionais adversas, como preocupação persistente ou ruminação sobre o evento traumático (Gautam, 2019), bem como sintomas de ansiedade e depressão (Fitzgerald et al., 1994). O medo constante de reviver a experiência traumática e a sensação de falta de controlo, característica da ansiedade, também contribuem para o aumento do distress (Mushtaq et al., 2015). Além disso, o estigma associado a experiências de assédio sexual pode agravar ainda mais o distress destes estudantes. A tendência de algumas pessoas em desacreditar ou culpar a vítima pode criar uma sensação de isolamento e vergonha, dificultando a procura de apoio adequado, aumentando assim o distress (De Judicibus & McCabe, 2001).

Os resultados também indicaram que os estudantes que foram vítimas de assédio sexual tendem a apresentar um menor grau de investimento académico em comparação com os estudantes que não foram vítimas de assédio sexual. Estes resultados estão em consonância com a literatura existente (Shad et al., 2023), indicando que os estudantes que foram vítimas de assédio sexual podem não se sentir tão seguros num ambiente onde experienciaram este tipo de situações indesejadas. Isto afeta a capacidade de estudo e de concentração destes estudantes, prejudicando consequentemente o desempenho académico dos mesmos (Kopels & Dupper, 1999). Em resposta, estes estudantes podem começar a evitar áreas do campus universitário, a faltar às aulas, a considerar mudar de curso ou até mesmo abandonar a universidade. Todos estes fatores podem diminuir a satisfação e a motivação académica, afetando negativamente o grau de investimento académico.

Através do QES, que avalia a prevalência das experiências sexuais indesejadas, é possível obter indicadores mais diretivos sobre a exposição a situações de assédio sexual, ou seja, as respostas aos itens da escala e a respetiva pontuação final podem refletir uma visão mais objetiva face a estas experiências. Por outro lado, a pergunta – "O que entende por assédio sexual?" remete para uma única perceção subjetiva sobre a vitimização, podendo variar em função da amplitude individual de significados dos comportamentos passíveis de representarem assédio sexual. É importante reconhecer que os indivíduos sinalizados como expostos a experiências sexuais indesejadas através do QES, podem não se considerar vítimas de assédio sexual, pois as suas perceções podem divergir das operacionalizadas através dos itens que formam o QES. Da mesma forma, aqueles que reportaram não terem sido vítimas de assédio sexual podem, em

alguns casos, ser identificados como alvo de experiências sexuais, através das respostas à escala que as avalia mediante de um conjunto alargado de itens.

Por fim, relativamente às perceções referentes ao conceito de assédio sexual, foi possível concluir que os participantes no estudo evidenciaram uma perceção bastante ampla do que constitui comportamentos de assédio sexual, destacando-se a diversidade e, simultaneamente, a especificidade das situações reconhecidas como configurando assédio sexual, o que é demonstrativo de uma compreensão clara e multifacetada deste fenómeno. O assédio sexual foi mais frequentemente mencionado como remetendo para comentários e/ou comportamentos de cariz sexual indesejados, ou seja, sem o consentimento da vítima. Menos frequentemente, o assédio sexual foi referido como estando relacionado com comportamentos de coerção sexual e de agressão/violência sexual. Observou-se ainda que o assédio sexual é frequentemente associado a atitudes abusivas de exercício de poder com conotação sexual. Os participantes reportaram ainda que o assédio sexual pode resultar de uma descarga de impulsos sexuais por parte do agressor. Adicionalmente, ressaltaram os impactos negativos destas experiências nas vítimas, destacando como podem refletir uma invasão do espaço pessoal através, por exemplo, do desrespeito e persistência em atitudes e comportamentos indesejados/inapropriados.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar os resultados. Primeiramente, considerando a amplitude do fenómeno em estudo, o número pouco extenso de participantes compromete a representatividade da amostra. Paralelamente, a amostra composta maioritariamente por mulheres, pode influenciar os resultados e limitar a generalização para estudantes do sexo masculino. Adicionalmente, a maioria dos participantes está concentrado na Área Metropolitana de Lisboa e na região de Setúbal, o que pode não refletir as experiências dos estudantes de outras regiões do país. O uso de um protocolo online também pode constituir uma limitação, na medida em que os participantes podem responder rapidamente ao questionário nos seus telemóveis, sem dedicar a devida atenção e reflexão sobre o tema, o que pode enviesar as respostas e comprometer a precisão dos dados recolhidos. Além disso, a natureza transversal do estudo impede a determinação de causalidade entre as variáveis analisadas. Esta limitação restringe a nossa capacidade de compreender as relações dinâmicas e temporais entre as variáveis estudadas, dificultando a identificação de possíveis mudanças ou evoluções ao longo do tempo.

Para contornar estas limitações, os estudos futuros devem procurar uma amostra mais robusta e equilibrada em termos de participantes do sexo masculino e feminino, abrangendo diversas regiões do país para garantir representatividade. Além disso, os estudos longitudinais podem explorar as mudanças nas variáveis ao longo do tempo, permitindo uma melhor compreensão das relações causais entre elas. A inclusão de entrevistas pode proporcionar insights adicionais sobre as dinâmicas do assédio sexual. Relativamente às propostas para estudos futuros, parece-nos pertinente a realização de um estudo que avalie o impacto que a frequência do assédio sexual tem nas variáveis em estudo (Schneider et al., 1997), como o distress, pensamentos negativos intrusivos, investimento académico e resiliência, visto que no estudo atual apenas tivemos em conta se os estudantes tinham sido ou não assediados. Além disso, seria relevante explorar como a postura da instituição de ensino, não tolerante ou permissiva em relação ao assédio sexual, influencia o impacto psicológico nas vítimas (Ford & Ivancic, 2020).

Conclusão

Este estudo proporcionou uma análise abrangente das dinâmicas de assédio sexual no Ensino Superior em Portugal, explorando as associações entre as experiências sexualmente indesejadas, as atitudes face ao assédio sexual, o distress, os pensamentos negativos intrusivos, o investimento académico e a resiliência.

Os resultados obtidos indicaram que os estudantes que experienciam mais comportamentos de assédio sexual apresentavam maior distress e pensamentos negativos intrusivos, bem como menor investimento académico. Foi encontrada uma prevalência de 14,4% de experiências de assédio sexual, com um claro destaque das mulheres (89,3%) como os principais alvos de atitudes e comportamentos sexuais percecionados como indesejados. Os pares do sexo masculino foram reportados como representando os principais agentes de perpetração das experiências de assédio sexual, as quais tendem a ocorrer prioritariamente no decurso de festas no recinto da instituição e em salas de aulas/laboratórios.

As reações mais comuns das vítimas foram: “fiz de conta que não notei” e “demonstrei imediatamente desagrado/indignação”, constatando-se uma amplitude alargada de respostas, que variam entre o polo ilustrativo de alguma minimização e resignação, e o

polo das respostas reveladoras de total manifestação de desaprovação e intolerância perante as práticas assediantes.

No que concerne às consequências que as experiências indesejadas podem produzir sobre as vítimas sexuais, os efeitos adversos documentados ao nível do distress, pensamentos negativos intrusivos e investimento académico, reforçam a necessidade de estar atento a este fenómeno, particularmente numa fase de vida que se pretende bastante estruturante para as vivências futuras. Paralelamente, e numa perspetiva positiva, destacamos a importância da resiliência como fator protetor contra os efeitos adversos do assédio sexual.

Os resultados deste estudo permitem refletir sobre as respetivas implicações práticas para as instituições de Ensino Superior. A prevalência de assédio sexual documentada por este estudo indica a necessidade urgente de desenvolver e implementar políticas eficazes de prevenção e resposta ao assédio sexual. O desenvolvimento de campanhas regulares de sensibilização para estudantes e funcionários pode contribuir para promover um ambiente mais seguro e inclusivo. Complementarmente, as instituições devem considerar a implementação de programas de apoio psicológico específicos para estudantes que foram alvo de assédio sexual. A promoção da resiliência poderá constituir uma estratégia eficaz para reduzir os efeitos negativos do distress e dos pensamentos negativos intrusivos, bem como reduzir as consequências sobre o investimento académico, visando deste modo melhorar o bem-estar geral dos estudantes vítimas de assédio sexual. Por fim, destaca-se a importância da implementação de canais de denúncia anónimos e confidenciais, incentivando as vítimas a denunciar os casos de assédio sexual.

Referências

Adams, J. W., Kottke, J. L., & Padgitt, J. S. (1983). Sexual harassment of university students. *Journal of College Student Personne, 24*(6), 484-490.

Almeida Santos, Z., & Benevides Soares, A. (2018). Social skills, coping, resilience and problem-solving in psychology university students. *Liberabit, 24*, 265-276. http://dx.doi.org/10.24265/liberabit.2018.v24n2.07

Andsager, J., Bailey, J. L., & Nagy, J. (1997). Sexual advances as manifestations of power in graduate programs. *Journalism & Mass Communication Educator, 52*(2), 33-42. https://doi.org/10.1177/107769589705200204

Athanasiades, C., Stamovlasis, D., Touloupis, T., & Charalambous, H. (2023). University students' experiences of sexual harassment: The role of gender and psychological resilience. *Frontiers in Psychology, 14*. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1202241

Barak, A., Pitterman, Y., & Yitzhaki, R. (1995). An empirical test of the role of power differential in originating sexual harassment. *Basic and Applied Social Psychology, 17*(4), 497-517. https://doi.org/10.1207/s15324834basp1704_5

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barickman, R., Paludi, M., & Rabinowitz, V. (1992). Sexual harassment of students: Victims of the college experience. In E. Viano (Ed.), *Critical issues in victimatology: International perspectives* (pp. 153-165). Springer. http://dx.doi.org/10.1177/1524838019881731

Barthelemy, R. S., McCormick, M., & Henderson, C. (2016). Gender discrimination in physics and astronomy: Graduate student experiences of sexism and gender microaggressions. *Physical Review Physics Education Research, 12*(2), 020119. https://doi.org/10.1103/PhysRevPhysEducRes.12.020119

Basow, S. (1986). *Gender stereotypes: Traditions and alternatives.* Brooks/Cole Pub. Co.

Bastiani, F., Romito, P., & Saurel-Cubizolles, M. J. (2019). Mental distress and sexual harassment in Italian university students. *Archives of Women's Mental Health, 22*, 229-236. https://doi.org/10.1007/s00737-018-0886-2

Bem, S. L. (1983). Gender schema theory and its implications for child development: Raising gender-aschematic children in a gender-schematic society. *Signs: Journal of women in culture and society, 8*(4), 598-616. https://doi.org/10.1086/493998

Bergman, M. E., Langhout, R. D., Palmieri, P. A., Cortina, L. M., & Fitzgerald, L. F. (2002). The (un) reasonableness of reporting: Antecedents and consequences of reporting sexual harassment. *Journal of Applied Psychology, 87*(2), 230. https://doi.org/10.1037/0021-9010.87.2.230

Blakely, G. L., Blakely, E. H., & Moorman, R. H. (1995). The relationship between gender, personal experience, and perceptions of sexual harassment in the workplace. *Employee Responsibilities and Rights Journal, 8*, 263-274. https://doi.org/10.1007/BF02623732

Bogart, K., Simmons, S., Stein, N., & Tomaszewski, E. P. (1992). Breaking the silence: Sexual and gender-based harassment in elementary, secondary, and postsecondary education. In L. S. Weiss & M. A. Fine (Eds.), *Sex equity and sexuality in education* (pp. 191-221). SUNY Press.

Boskovic, I., Orthey, R., Otgaar, H., Mangiulli, I., & Rassin, E. (2023). # StudentsToo. Prevalence of sexual assault reports among students of three European universities and their actions post-assault. *PLOS ONE, 18*(4), e0283554. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0283554

Bucchianeri, M. M., Eisenberg, M. E., Wall, M. M., Piran, N., & Neumark-Sztainer, D. (2014). Multiple types of harassment: Associations with emotional well-being and unhealthy behaviors in adolescents. *Journal of Adolescent Health, 54*(6), 724-729. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.10.205

Bularzik, M. (1981). Sexual harassment at the workplace: Historical notes. In S. S. Klein (Ed.), *Sex equity and sexuality in education* (pp. 117-137). SUNY Press. https://doi.org/10.2307/j.ctv6mtdnm.10

Burn, S. M. (2019). The psychology of sexual harassment. *Teaching of Psychology, 46*(1), 96-103. https://doi.org/10.1177/0098628318816183

Cantor, D., Fisher, B., Chibnall, S. H., Townsend, R., Lee, H., Thomas, G., & Westat, I. (2015). *Report on the AAU campus climate survey on sexual assaultand sexual misconduct.*

Chapman, G. R. (1981). *Harassment and Discrimination of Women in Employment. Working paper prepared for the conference on harassment in the workplace*. Center for Women Policy Studies.

Chiodo, D., Wolfe, D. A., Crooks, C., Hughes, R., & Jaffe, P. (2009). Impact of sexual harassment victimization by peers on subsequent adolescent victimization and adjustment: A longitudinal study. *Journal of Adolescent Health, 45*(3), 246-252. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2009.01.006

Cipriano, A. E., Holland, K. J., Bedera, N., Eagan, S. R., & Diede, A. S. (2022). Severe and pervasive? Consequences of sexual harassment for graduate students and their Title IX report outcomes. *Feminist Criminology, 17*(3), 343-367. http://dx.doi.org/10.1177/15570851211062579

Clair, R. P., Brown, N. E., Dougherty, D. S., Delemeester, H. K., Geist-Martin, P., Gorden, W. I., Sorg, T., & Turner, P. K. (2019). # MeToo, sexual harassment: An article, a forum, and a dream for the future. *Journal of Applied Communication Research*. https://doi.org/10.1080/00909882.2019.1567142

Cleary, J. S., Schmieler, C. R., Parascenzo, L. C., & Ambrosio, N. (1994). Sexual harassment of college students: Implications for campus health promotion. *Journal of American College Health, 43*(1), 3-10. https://doi.org/10.1080/07448481.1994.9939077

Cleveland, J. N., & Kerst, M. E. (1993). Sexual harassment and perceptions of power: An under-articulated relationship. *Journal of Vocational Behavior, 42*(1), 49-67. https://doi.org/10.1006/jvbe.1993.1004

Coles, F. S. (1986). Forced to quit: Sexual harassment complaints and agency response. *Sex Roles, 14*(1-2), 81–95. https://doi.org/10.1007/BF00287850

Collinsworth, L. L., Fitzgerald, L. F., & Drasgow, F. (2009). In harm's way: Factors related to psychological distress following sexual harassment. *Psychology of Women Quarterly, 33*(4), 475-490. https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2009.01525.x

Cortina, L. M., Swan, S., Fitzgerald, L. F., & Waldo, C. (1998). Sexual harassment and assault: Chilling the climate for women in academia. *Psychology of Women Quarterly, 22*(3), 419-441. https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1998.tb00166.x

Dansky, B., & Kilpatrick, D. (1997). Effects of sexual harassment. In W. O'Donohue (Ed.), *Sexual harassment: Theory, research, and treatment* (pp. 152–174). Allyn & Bacon.

Davidson, M. J., & Cooper, C. L. (1992). *Shattering the glass ceiling: The woman manager.* Paul Chapman Publishing. https://doi.org/10.7748/ns.7.26.48.s61

De Judicibus, M., & McCabe, M. P. (2001). Blaming the target of sexual harassment: Impact of gender role, sexist attitudes, and work role. *Sex Roles: A Journal of Research, 44*, 401-417. https://doi.org/09.2015/jcpsp.675679

Dougall, A. L., Craig, K. J., & Baum, A. (1999). Assessment of characteristics of intrusive thoughts and their impact on distress among victims of traumatic events. *Psychosomatic Medicine, 61*(1), 38-48. https://doi.org/10.1097/00006842-199901000-00008

Dougherty, D. S., & Goldstein Hode, M. (2016). Binary logics and the discursive interpretation of organizational policy: Making meaning of sexual harassment policy. *Human Relations, 69*(8), 1729-1755. https://doi.org/10.1177/0018726715624956

Driscoll, D. M., Kelly, J. R., & Henderson, W. L. (1998). Can perceivers identify likelihood to sexually harass? *Sex Roles: A Journal of Research, 38*(7-8), 557–588. https://doi.org/10.1023/A:1018726309555

Ehring, T., & Watkins, E. R. (2008). Repetitive negative thinking as a transdiagnostic process. *International Journal of Cognitive Therapy, 1*(3), 192-205. https://doi.org/10.1680/ijct.2008.1.3.192

Farley, L. (1978). *Sexual shakedown: The sexual harassment of women on the job.* McGraw-Hill.

Finkelhor, D., & Hotaling, G. T. (1984). Sexual abuse in the national incidence study of child abuse and neglect: An appraisal. *Child Abuse & Neglect, 8*(1), 23-32. https://doi.org/10.1016/0145-2134(84)90046-2

Fitzgerald, L. F., & Weitzman, L. M. (1990). Men who harass: Speculation and data. In M. A. Paludi (Ed.), *Ivory power: Sexual harassment on campus* (pp. 125-140). SUNY Press.

Fitzgerald, L. F., Gelfand, M. J., & Drasgow, F. (1995). Measuring sexual harassment: Theoretical and psychometric advances. *Basic and Applied Social Psychology, 17*(4), 425-445. https://doi.org/10.1207/s15324834basp1704_2

Fitzgerald, L. F., Hulin, C. L., & Drasgow, F. (1994). The antecedents and consequences of sexual harassment in organizations: An integrated model. In G. P. Keita & J. J. Hurrell, Jr. (Eds.), *Job stress in a changing workforce: Investigating gender, diversity, and family issues* (pp. 55–73). American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/10165-004

Fitzgerald, L. F., Shullman, S. L., Bailey, N., Richards, M., Swecker, J., Gold, Y., Ormerod, M., & Weitzman, L. (1988). The incidence and dimensions of sexual harassment in academia and the workplace. *Journal of Vocational Behavior, 32*(2), 152-175. https://doi.org/10.1016/0001-8791(88)90012-7

Ford, J. L., & Ivancic, S. R. (2020). Surviving organizational tolerance of sexual harassment: An exploration of resilience, vulnerability, and harassment fatigue. *Journal of Applied Communication Research, 48*(2), 186-206. https://doi.org/10.1080/00909882.2020.1739317

Ford, J. L., Ivancic, S., & Scarduzio, J. (2021). Silence, voice, and resilience: An examination of workplace sexual harassment. *Communication Studies, 72*(4), 513-530. https://doi.org/10.1080/10510974.2021.1953092

Foulis, D., & McCabe, M. P. (1997). Sexual harassment: Factors affecting attitudes and perceptions. *Sex Roles, 37*, 773-798. https://doi.org/10.1007/BF02936339

Franco, M. L. P. B. (2020). *Análise de conteúdo*. Autores Associados.

Gautam, N., Sapakota, N., Shrestha, S., & Regmi, D. (2019). Sexual harassment in public transportation among female student in Kathmandu valley. *Risk Management and Healthcare Policy*, 105-113. http://dx.doi.org/10.2147/RMHP.S196230

Gluck, S. B. (1987). *Rosie the riveter revisited: Women, the war, and social change.* Twayne Publishers.

Gruber, J. E. (1992). A typology of personal and environmental sexual harassment: Research and policy implications for the 1990s. *Sex Roles, 26*, 447-464. https://doi.org/10.1007/BF00289868

Gruber, J. E. (1997). An epidemiology of sexual harassment: Evidence from North America and Europe. In W. O'Donohue (Ed.), *Sexual harassment: Theory, research, and treatment* (pp. 84–98). Allyn & Bacon.

Gruber, J. E. (1998). The impact of male work environments and organizational policies on women's experiences of sexual harassment. *Gender & Society, 12*(3), 301–320. https://doi.org/10.1177/0891243298012003004

Gruber, J. E., & Bjorn, L. (1986). Women's responses to sexual harassment: An analysis of sociocultural, organizational, and personal resource models. *Social Science Quarterly, 67*(4), 814.

Gutek, B. A. (1981). Experiences of sexual harassment: Results from a representative survey. *Journal of Social Issues, 37*(4), 5-18.

Gutek, B. A. (1985). *Sex and the workplace: The impact of sexual behavior and harassment on women, men, and organization*. Jossey-Bass.

Gutek, B. A., & Morasch, B. (1982). Sex-ratios, sex-role spillover, and sexual harassment of women at work. *Journal of Social Issues, 38*(4), 55-74. https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1982.tb01910.x

Gutek, B. A., Nakamura, C. Y., Gahart, M., Handschumacher, I., & Russell, D. (1980). Sexuality and the workplace. *Basic and Applied Social Psychology, 1*(3), 255-265. https://doi.org/10.1207/s15324834basp0103_5

Harned, M. S. (2000). Harassed bodies: An examination of the relationships among women's experiences of sexual harassment, body image, and eating disturbances. *Psychology of Women Quarterly, 24*(4), 336-348. https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2000.tb00216.x

Harris, M. (1981). *Why America changed: Our cultural crisis.* Simon & Schuster.

Hébert, M., Lavoie, F., & Blais, M. (2014). Post Traumatic Stress Disorder/PTSD in adolescent victims of sexual abuse: Resilience and social support as protection factors. *Ciência & Saúde Coletiva, 19*, 685-694. https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.15972013

Heywood, W., Myers, P., Powell, A., Meikle, G., & Nguyen, D. (2022). *Report on the prevalence of sexual harassment and sexual assault among university students in 2021*. The Social Research Centre.

Huerta, M., Cortina, L. M., Pang, J. S., Torges, C. M., & Magley, V. J. (2006). Sex and power in the academy: Modeling sexual harassment in the lives of college women. *Personality and Social Psychology Bulletin, 32*(5), 616-628. https://doi.org/10.1177/0146167205284281

Hulin, C. L., Fitzgerald, L. F., & Drasgow, F. (1996). Organizational influences on sexual harassment. In M. S. Stockdale (Ed.), *Sexual harassment in the workplace: Perspectives, frontiers, and response strategies* (pp. 127–150). Sage Publications, Inc. https://doi.org/10.4135/9781483327280.n7

Jardim, J., Pereira, A., & Bártolo, A. (2021). Development and psychometric properties of a scale to measure resilience among Portuguese university students: Resilience Scale-10. *Education Sciences, 11*(2), 61. https://doi.org/10.3390/educsci11020061

Jeamjitvibool, T., Duangchan, C., Mousa, A., & Mahikul, W. (2022). The association between resilience and psychological distress during the COVID-19 pandemic: A systematic review and meta-analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 19*(22), 14854. https://doi.org/10.3390/ijerph192214854

Kaltiala-Heino, R., Fröjd, S., & Marttunen, M. (2016). Sexual harassment and emotional and behavioural symptoms in adolescence: Stronger associations among boys than girls. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 51*, 1193-1201. https://doi.org/10.1007/s00127-016-1237-0

Kessler, R., Andrews, G., Colpe, L. J., Hiripi, E., Mroczek, D. K., Normand, S. L. T., Walters, E. E., & Zaslavsky, A. M. (2002). Short screening scales to monitor population prevalences and trends in non-specific psychological distress. *Psychological Medicine, 32*(6), 959-976. https://doi.org/10.1017/S0033291702006074

Kirkner, A. C., Lorenz, K., & Mazar, L. (2022). Faculty and staff reporting & disclosure of sexual harassment in higher education. *Gender and Education, 34*(2), 199-215. https://doi.org/10.1080/09540253.2020.1763923

Kopels, S., & Dupper, D. R. (1999). School-based peer sexual harassment. *Child Welfare, 78*(4), 435-460.

Lach, D. H., & Gwartney-Gibbs, P. A. (1993). Sociological perspectives on sexual harassment and workplace dispute resolution. *Journal of Vocational Behavior, 42*(1), 102-115. https://doi.org/10.1006/jvbe.1993.1007

Lafontaine, E., & Tredeau, L. (1986). The frequency, sources, and correlates of sexual harassment among women in traditional male occupations. *Sex Roles: A Journal of Research, 15*(7-8), 433–442. https://doi.org/10.1007/BF00287982

Latcheva, R. (2017). Sexual harassment in the European Union: A pervasive but still hidden form of gender-based violence. *Journal of Interpersonal Violence, 32*(12), 1821-1852. https://doi.org/10.1177/0886260517698948

Lee, V. E., Croninger, R. G., Linn, E., & Chen, X. (1996). The culture of sexual harassment in secondary schools. *American Educational Research Journal, 33*(2), 383–417. https://doi.org/10.2307/1163290

Luthar S. S. (2006). Resilience in development: A synthesis of research across five decades. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (pp. 739–795). Wiley. https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch20

Magaji, A. B., Ikhide, J. E., Timur, A. T., & Timur, S. (2020). Sexual harassment in higher education: Students' perceptions and attitudes. In M. E. K. Çakmak, F. Hasançebi, & B. Karagöz (Eds.), *Industrial Engineering in the Digital Disruption Era* (pp. 40-50). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-42416-9_5

Magson, N. R., Rapee, R. M., Fardouly, J., Forbes, M. K., Richardson, C. E., Johnco, C. J., & Oar, E. L. (2019). Measuring repetitive negative thinking: Development and validation of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale (PINTS). *Psychological Assessment, 31*(11), 1329. https://doi.org/10.1037/pas0000755

Malovich, N. J., & Stake, J. E. (1990). Sexual harassment on campus: Individual differences in attitudes and beliefs. *Psychology of Women Quarterly, 14*(1), 63-81. https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00005.x

Marôco, J. (2007). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (3ª ed.). ReportNumber, Lda.

Marshall, C., Dalyot, K., & Galloway, S. (2014). Sexual harassment in higher education: Re-framing the puzzle of its persistence. *Journal of Policy Practice, 13*(4), 276-299. https://doi.org/10.1080/21568235.2020.1729833

Martin, A. J., & Marsh, H. W. (2006). Academic resilience and its psychological and educational correlates: A construct validity approach. *Psychology in the Schools, 43*(3), 267-281. https://doi.org/10.1002/pits.20149

Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist, 56*(3), 227. https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.227

Matchen, J., & DeSouza, E. (2000). Brief report: The sexual harassment of faculty members by students. *Sex Roles, 42*, 295-306. https://doi.org/10.1023/A:1007099408885

Mazer, D. B., & Percival, E. F. (1989). Ideology or experience? The relationships among perceptions, attitudes, and experiences of sexual harassment in university students. *Sex Roles: A Journal of Research, 20*(3-4), 135-147. https://doi.org/10.1007/BF00287987

McBride, H., & Ireland, C. (2016). The impact of coping style, self-efficacy, emotional reaction and resilience on trauma related intrusive thoughts. *Journal of Forensic Practice, 18*(3), 229-239. https://doi.org/10.1108/JFP-06-2015-0036

McCabe, M. P., & Hardman, L. (2005). Attitudes and perceptions of workers to sexual harassment. *The Journal of Social Psychology, 145*(6), 719–740. https://doi.org/10.3200/SOCP.145.6.719-740

Ménard, K. S., Hall, G. C. N., Phung, A. H., Ghebrial, M. F. E., & Martin, L. (2003). Gender differences in sexual harassment and coercion in college students: Developmental, individual, and situational determinants. *Journal of Interpersonal Violence, 18*(10), 1222–1239. https://doi.org/10.1177/0886260503256654

Mendes, R. M., & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa, 47*(165), 1044-1066. https://doi.org/10.1590/198053143988

Mitchell, K. J., Ybarra, M. L., & Korchmaros, J. D. (2014). Sexual harassment among adolescents of different sexual orientations and gender identities. *Child Abuse & Neglect, 38*(2), 280-295. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.09.008

Moldovan, O., & Macarie, F. (2019). Resilience, gender discrimination and sexual harassment in romanian higher education. In F. Pîrvu & R. H. Borş (Eds.), *Sustainable*

Development and Resilience of Local Communities and Public Sector Organizations (pp. 403-422). Accent.

Monks, S. M., Tomaka, J., Palacios, R., & Thompson, S. E. (2010). Sexual victimization in female and male college students: Examining the roles of alcohol use, alcohol expectancies, and sexual sensation seeking. *Substance Use & Misuse, 45*(13), 2258-2280. http://dx.doi.org/10.3109/10826081003694854

Mushtaq, M., Sultana, S., & Imtiaz, I. (2015). The trauma of sexual harassment and its mental health consequences among nurses. *Journal of the College of Physicians and Surgeons Pakistan, 25*(9), 675-679. https://doi.org/09.2015/jcpsp.675679

Niederhuber, J. E., Armitage, J. O., Doroshow, J. H., Kastan, M. B., Tepper, J. E., & Abeloff, M. D. (2020). *Abeloff's clinical oncology*. Elsevier.

O'Donohue, W., Downs, K., & Yeater, E. A. (1998). Sexual harassment: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 3*(2), 111-128. https://doi.org/10.1016/S1359-1789(97)00011-6

O'Connell, C. E., & Korabik, K. (2000). Sexual harassment: The relationship of personal vulnerability, work context, perpetrator status, and type of harassment to outcomes. *Journal of Vocational Behavior, 56*(3), 299-329. https://doi.org/10.1006/jvbe.1999.1717

O'Hare, E. A., & O'Donohue, W. (1998). Sexual harassment: Identifying risk factors. *Archives of Sexual Behavior, 27*, 561-580. https://doi.org/10.1023/A:1018769016832

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2021). *Código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses – versão consolidada*. https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico

Pallant, J. (2016). *A step by step guide to data analysis using IBM SPSS* (7th ed.). McGraw-Hill Education.

Peixoto, M. M., & Cunha, O. (2021). Translation and validation for the portuguese adult population of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale: Assessing measurement invariance. *International Journal of Cognitive Therapy, 14*, 724-737. http://dx.doi.org/10.1007/s41811-021-00120-y

Pereira, A., Oliveira, C. A., Bártolo, A., Monteiro, S., Vagos, P., & Jardim, J. (2019). Confiabilidade e estrutura fatorial da Escala de Distress Psicológico de Kessler de 10

itens (K10) entre adultos portugueses. *Ciência & Saúde Coletiva, 24*, 729-736. https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.06322017

Perry, E. L., Schmidtke, J. M., & Kulik, C. T. (1998). Propensity to sexually harass: An exploration of gender differences. *Sex Roles: A Journal of Research, 38*(5-6), 443–460. https://doi.org/10.1023/A:1018761922759

Pina, A., & Gannon, T. A. (2012). An overview of the literature on antecedents, perceptions and behavioural consequences of sexual harassment. *Journal of Sexual Aggression, 18*(2), 209-232. https://doi.org/10.1080/13552600.2010.501909

Pina, A., Gannon, T. A., & Saunders, B. (2009). An overview of the literature on sexual harassment: Perpetrator, theory, and treatment issues. *Aggression and Violent Behavior, 14*(2), 126-138. https://doi.org/10.1016/j.avb.2009.01.002

Popovich, P. M., Licata, B. J., Nokovich, D., Martelli, T., & Zoloty, S. (1986). Assessing the incidence and perceptions of sexual harassment behaviors among American undergraduates. *The Journal of Psychology, 120*(4), 387-396. https://doi.org/10.1080/00223980.1986.9712637

Pryor, J. B. (1987). Sexual harassment proclivities in men. *Sex Roles: A Journal of Research, 17*(5-6), 269–290. https://doi.org/10.1007/BF00288453

Pryor, J. B. (1995). The phenomenology of sexual harassment: Why does sexual behavior bother people in the workplace? *Consulting Psychology Journal: Practice and Research, 47*(3), 160–168. https://doi.org/10.1037/1061-4087.47.3.160

Pryor, J. B., & Whalen, N. J. (1997). A typology of sexual harassment: Characteristics of harassers and the social circumstances under which sexual harassment occurs. In W. O'Donohue (Ed.), *Sexual harassment: Theory, research, and treatment* (pp. 129–151). Allyn & Bacon.

Pryor, J. B., Giedd, J. L., & Williams, K. B. (1995). A social psychological model for predicting sexual harassment. *Journal of Social Issues, 51*(1), 69–84. https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1995.tb01309.x

Pryor, J. B., LaVite, C. M., & Stoller, L. M. (1993). A social psychological analysis of sexual harassment: The person/situation interaction. *Journal of Vocational Behavior, 42*(1), 68-83. https://doi.org/10.1006/jvbe.1993.1005

Ragins, B. R., & Scandura, T. A. (1995). Antecedents and work-related correlates of reported sexual harassment: An empirical investigation of competing hypotheses. *Sex Roles: A Journal of Research, 32*(7-8), 429–455. https://doi.org/10.1007/BF01544181

Reilly, M. E., Lott, B., & Gallogly, S. M. (1986). Sexual harassment of university students. *Sex Roles, 15*, 333-358. https://doi.org/10.1007/BF00287976

Ridner, S. H. (2004). Psychological distress: Concept analysis. *Journal of Advanced Nursing, 45*(5), 536-545. https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.2003.02938.x

Riger, S. (1991). Gender dilemmas in sexual harassment policies and procedures. *American Psychologist, 46*(5), 497–505. https://doi.org/10.1037/0003-066X.46.5.497

Romano, L., Angelini, G., Consiglio, P., & Fiorilli, C. (2021). Academic resilience and engagement in high school students: The mediating role of perceived teacher emotional support. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education, 11*(2), 334-344. http://dx.doi.org/10.3390/ejihpe11020025

Romito, P., Cedolin, C., Bastiani, F., & Saurel-Cubizolles, M. J. (2019). Disordered eating behaviors and sexual harassment in Italian male and female university students. *Journal of Interpersonal Violence, 34*(14), 2960-2974. https://doi.org/10.1177/0886260516664315

Russell, B. L., & Trigg, K. Y. (2004). Tolerance of sexual harassment: An examination of gender differences, ambivalent sexism, social dominance, and gender roles. *Sex Roles, 50*, 565-573. https://doi.org/10.1023/B:SERS.0000023075.32252.fd

Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *The British Journal of Psychiatry, 147*(6), 598-611. https://doi.org/10.1192/bjp.147.6.598

Schneider, K. T., Swan, S., & Fitzgerald, L. F. (1997). Job-related and psychological effects of sexual harassment in the workplace: Empirical evidence from two organizations. *Journal of Applied Psychology, 82*(3), 401. https://doi.org/10.1037/0021-9010.82.3.401

Sev'er, A. (1999). Sexual harassment: Where we were, where we are and prospects for the new millennium introduction to the special issue. *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie, 36*(4), 469-497. https://doi.org/10.1111/j.1755-618X.1999.tb00960.x

Shad, F., Khan, A., Ullah, M., & Nadir, F. (2023). Exploring sexual harassment and students' academic performance: A case study of business schools of Peshawar City. *Journal of Social Sciences Review, 3*(2), 417-426. http://dx.doi.org/10.54183/jssr.v3i2.250

Sinclair, L., Trapnell, P., & Kinsman, L. (2023). Making the personal political: Personal versus group-focused rumination following sexual harassment. *Sex Roles, 89*(9), 517-538. https://doi.org/10.1007/s11199-023-01407-4

Sivertsen, B., Nielsen, M. B., Madsen, I. E., Knapstad, M., Lønning, K. J., & Hysing, M. (2019). Sexual harassment and assault among university students in Norway: A cross-sectional prevalence study. *BMJ Open, 9*(6), e026993. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-026993

Sparrenberger, F., Santos, I. D., & Lima, R. D. C. (2003). Epidemiologia do distress psicológico: Estudo transversal de base populacional. *Revista de Saúde Pública, 37*, 434-439. https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000400007

Stockdale, M. S., Logan, T. K., & Weston, R. (2009). Sexual harassment and posttraumatic stress disorder: Damages beyond prior abuse. *Law and Human Behavior, 33*, 405-418. https://doi.org/10.1007/s10979-008-9162-8

Studd, M. V., & Gattiker, U. E. (1991). The evolutionary psychology of sexual harassment in organizations. *Ethology and Sociobiology, 12*(4), 249-290. https://doi.org/10.1016/0162-3095(91)90021-H

Sbraga, T. P., & O'donohue, W. (2000). Sexual Harassment. *Annual Review of Sex Research, 11*(1), 258-285

Tangri, S. S., & Hayes, S. M. (1997). Theories of sexual harassment. In W. O'Donohue (Ed.), *Sexual harassment: Theory, research, and treatment* (pp. 112–128). Allyn & Bacon.

Tangri, S. S., Burt, M. R., & Johnson, L. B. (1982). Sexual harassment at work: Three explanatory models. *Journal of Social Issues, 38*(4), 33-54. https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1982.tb01909.x

Taub, N., & MacKinnon, C. A. (1980). Sexual harassment of working women: A case of sex discrimination. *Columbia Law Review, 80*(8), 1686. https://doi.org/10.2307/1122289

Taylor, E. A., Smith, A. B., Welch, N. M., & Hardin, R. (2018). "You should be flattered!": Female sport management faculty experiences of sexual harassment and sexism. *Women in Sport and Physical Activity Journal, 26*(1), 43-53. http://dx.doi.org/10.1123/smej.2020-0021

Thacker, R. A., & Ferris, G. R. (1991). Understanding sexual harassment in the workplace: The influence of power and politics within the dyadic interaction of harasser and target. *Human Resource Management Review, 1*(1), 23-37. https://doi.org/10.1016/1053-4822(91)90009-2

Thambo, S., Tshifhumulo, R., Amaechi, K. O., & Mabale, D. (2019). Resilience in women-strategies female students employ to deal with online sexual harassment. *African Journal of Gender, Society & Development, 8*(2), 91. https://doi.org/10.31920/2050-4284/2019/8n2a6

Till, F. J. (1980). *Sexual harassment: A report on the sexual harassment of students*. University of Michigan Library

Timmerman, G., & Bajema, C. (1999). Sexual harassment in northwest Europe. *European Journal of Women's Studies, 6*(4), 419-439.

Touloupis T., Athanasiades C. (2022). Internet addiction among students of psychology: The role of resilience and perceived economic hardship. *Psychology: The Journal of the Hellenic Psychological Society, 27*, 175–193.https://doi.org/10.12681/psyhps.30840

Uggen, C., & Blackstone, A. (2004). Sexual harassment as a gendered expression of power. *American Sociological Review, 69*(1), 64-92. https://doi.org/10.1177/000312240406900105

Vaux, A. (1993). Paradigmatic assumptions in sexual harassment research: Being guided without being misled. *Journal of Vocational Behavior, 42*(1), 116-135. https://doi.org/10.1006/jvbe.1993.1008

Wagnild, G. M., & Young, H. M. (1993). Development and Psychometric evaluation of the Resilience Scale. *Journal of Nursing Measurement, 1*(2), 165-17847.

Wellum, A. K., Ramaekers, R. M., Schepers, J., Welie, J. V., Lange, G., & Hurks, P. M. (2023). Prevalence rate and risk factors of sexual assault among university students in

the Netherlands. *Journal of Interpersonal Violence, 38*(23-24), 12210-12232. https://doi.org/10.1177/08862605231192849

Whaley, G. L., & Tucker, S. H. (1998). A theoretical integration of sexual harassment models. *Equal Opportunities International, 17*(1), 21-29. https://doi.org/10.1108/02610159810785485

Williams, J. H., Fitzgerald, L. F., & Drasgow, F. (1999). The effects of organizational practices on sexual harassment and individual outcomes in the military. *Military Psychology, 11*(3), 303–328. https://doi.org/10.1207/s15327876mp1103_6

Willness, C. R., Steel, P., & Lee, K. (2007). A meta-analysis of the antecedents and consequences of workplace sexual harassment. *Personnel Psychology, 60*(1), 127–162. https://doi.org/10.1111/j.1744-6570.2007.00067.x

Wood, L., Hoefer, S., Kammer-Kerwick, M., Parra-Cardona, J. R., & Busch-Armendariz, N. (2021). Sexual harassment at institutions of higher education: Prevalence, risk, and extent. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(9-10), 4520-4544. https://doi.org/10.1177/0886260518791228

World Medical Association. (2013). World Medical Association Declaration of Helsinki: Ethical principles for medical research involving human subjects. *JAMA, 310*(20), 2191–2194. https://doi.org/10.1001/jama.2013.281053

Anexo A

Protocolo de Investigação

Questionário Sociodemográfico

Preencha, por favor, os seguintes dados, dos quais não consta o seu nome.
Este é um questionário anónimo e os dados obtidos são confidenciais.

Idade*

Sexo biológico*

Feminino
Masculino

Género*

Feminino
Masculino
Não binário
Outro

Atualmente, está envolvido numa relação amorosa?*

Sim
Não

Atualmente, encontra-se a frequentar o Ensino Superior público ou privado?*

Público
Privado

Qual o distrito de Portugal em que se encontra a frequentar o Ensino Superior?*

Açores
Aveiro
Beja
Braga
Bragança
Castelo Branco
Coimbra
Évora
Faro
Guarda
Leiria
Lisboa
Madeira
Portalegre
Porto
Santarém
Setúbal
Viana do Castelo
Vila Real
Viseu

Qual a sua área atual de estudos?*

Área de Ciências
Área de Saúde
Área de Tecnologias
Áreas de Agricultura e Recursos Naturais
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores
Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução
Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo

Atualmente, qual o ciclo de estudos que se encontra a frequentar?*

Curso Técnico Superior Profissional
Licenciatura
Mestrado
Mestrado Integrado
Doutoramento

Durante o período de aulas, onde reside habitualmente?*

Casa de pais/familiares
Residência universitária
Alojamento alugado individual
Alojamento alugado partilhado
Alojamento próprio
Outro

Questionário de Investimento Académico

Recorrendo à escala abaixo, por favor selecione a opção que melhor descreve a frequência com que cada uma das situações mencionadas tem ocorrido ao longo do seu percurso académico, particularmente nos últimos meses.

0 - Nunca
1 – Poucas vezes
2 – Algumas vezes
3 - Frequentemente
4 – Muito frequentemente

1. Ultimamente tenho adormecido nas aulas.
2. Ultimamente tenho descido os meus resultados académicos.
3. Ultimamente tenho-me sentido menos focado nas minhas responsabilidades académicas.
4. Ultimamente tenho faltado às aulas.
5. Ultimamente tenho pensado em mudar de curso.
6. Ultimamente tenho pensado em desistir da minha formação académica.

Questionário de Experiências Sexuais

Desde que começou a frequentar o Ensino Superior, já alguma vez esteve numa situação em que alguém do meio académico (colega, docente, outros profissionais do Estabelecimento de Ensino)...

1.Lhe tenha feito comentários ou piadas ofensivas de natureza sexual?
2.Tenha feito tentativas para o(a) direcionar para conversas sobre aspetos da sua esfera privada ou vida sexual?
3.Lhe tenha feito comentários sexuais grosseiros e ofensivos, quer publicamente, quer em privado?
4.O(a) tenha tratado(a) de "forma diferente" por causa do seu género (e.g. maltratado(a), desprezado(a) ou ignorado(a))?
5.Lhe tenha dado atenção sexual indesejada?
6.Lhe tenha exibido, usado, ou distribuído materiais sexuais ou sugestivos (e.g. fotografias, histórias ou pornografia)?
7.Lhe tenha feito comentários sexistas (e.g. sugerindo que as mulheres são demasiado emocionais para serem cientistas ou que os homens não deveriam ser os principais cuidadores de crianças por não serem suficientemente carinhosos)?
8.Tenha tentado estabelecer um relacionamento amoroso consigo, apesar dos seus esforços para desencorajar essa pessoa?
9.O(a) tenha inferiorizado ou sido condescendente consigo por causa do seu género?
10.O(a) tenha convidado, repetidamente, para encontros, "beber um copo", jantar, etc. ainda que já tenha dito que não?
11.O(a) tenha feito sentir-se subtilmente subornado(a) com algum tipo de recompensa ou tratamento especial para que se envolvesse em comportamentos sexuais?
12.O(a) tenha feito sentir-se subtilmente ameaçado(a) com algum tipo de retaliação, por não ser sexualmente cooperante, mencionando uma avaliação próxima (e.g. exames, orais)?
13.Tenha tentado ou concretizado contactos físicos indesejados consigo (e.g. tocar, apalpar, roçar, tentar beijar, beijar)?
14.Tenha feito tentativas indesejadas para ter relações sexuais consigo, que tenham resultado em ter que implorar, chorar ou confrontar-se fisicamente?
15.Lhe tenha sugerido melhores resultados académicos ou melhor tratamento se for sexualmente cooperante?
16.O(a) tenha pressionado a aceitar convites sexuais ou sociais, de modo a ser melhor tratado?
17.Tenha feito com que sentisse receio de ser mal tratado(a) se não cooperasse sexualmente?
18.O(a) tenha tratado mal por recusar ter relações sexuais?
19.Lhe tenha feito propostas indesejadas de natureza sexual através de e-mail, SMS ou redes sociais?

O que entende por assédio sexual?*

Desde que começou a frequentar o Ensino Superior já foi, nas instalações da instituição que frequenta, alvo de assédio sexual?*

Nunca
Uma vez
Várias vezes
Frequentemente
Muito frequentemente

Na(s) ocasião(ões) em que considera ter sido alvo de assédio sexual, este foi praticado por quem? (pode dar mais do que uma resposta)*

Colega (masculino)
Colega (feminino)
Docente (masculino)
Docente (feminino)
Funcionário dos serviços de apoio (masculino)
Funcionário dos serviços de apoio (feminino)
Outro (masculino)
Outro (feminino)
Não sei/ Não respondo

Na(s) ocasião(ões) em que considera ter sido alvo de assédio sexual, este ocorreu em que contexto? (pode dar mais do que uma resposta)*

Sala de aula/ laboratório
Festas no recinto da instituição
Residência universitária
Gabinete de docente
Praxe académica
Refeitório/ Bar
Locais de estudo (e.g. biblioteca, sala de estudos, sala de computadores)
Serviços académicos
Atividades extracurriculares (e.g. ginásio, desportos coletivos, tuna)
Associação de estudantes
Instalações sanitárias
Corredores
Parque de estacionamento
Outro(s)
Não sei/ Não respondo

Na(s) ocasião(ões) em que considera ter sido alvo de assédio sexual, qual foi a sua atitude? (pode dar mais do que uma resposta)*

Demonstrei imediatamente desagrado/ indignação
Fiz de conta que não notei
Confrontei imediatamente a pessoa, exigindo que a situação não se repetisse
Apresentei queixa junto dos órgãos diretivos da instituição
Apresentei queixa junto de órgãos policiais
Não fiz nada

Outra(s)
Não sei/ Não respondo

Escala de Atitudes face ao Assédio Sexual

Abaixo encontrará várias frases com as quais poderá concordar ou discordar. Utilize a escala (1- Discordo fortemente.... 5 - Concordo fortemente) para sinalizar a opção que melhor corresponde à sua resposta.

1. Uma mulher atraente deve esperar e aprender a lidar com avanços sexuais.
2. A maioria dos homens são sexualmente provocados por muitas das mulheres com as quais interagem no trabalho ou escola.
3. A maioria das mulheres que são sexualmente insultadas por um homem, provocam este comportamento pela forma como falam, agem, ou se vestem.
4. Um homem deve aprender a compreender que um "Não" de uma mulher, relativamente aos seus avanços sexuais, realmente significa "Não".
5. É natural que uma mulher use a sua sexualidade de forma a destacar-se na escola ou no trabalho.
6. Um homem atraente deve esperar e aprender a lidar com avanços sexuais.
7. Acredito que a intimidação sexual é um problema social sério.
8. É natural que um homem faça avanços sexuais perante uma mulher que considere atraente.
9. Flirts inocentes tornam o dia de trabalho ou de escola interessantes.
10. Encorajar o interesse sexual de um professor(es) ou supervisor(es) é uma estratégia frequentemente utilizada pelas mulheres, de modo a terem melhores notas ou a melhorarem a sua condição laboral.
11. Um dos problemas do assédio sexual é o facto de algumas mulheres não saberem lidar com uma piada.
12. A noção de que aquilo que um(a) professor(a) faz em aula possa ser considerado assédio sexual é levar a ideia de assédio sexual longe demais.
13. Muitas das acusações de assédio sexual são frívolas e vingativas.
14. Muitas das coisas que as pessoas consideram assédio sexual são apenas flirts normais entre homens e mulheres.
15. Agressão sexual e assédio sexual são duas coisas completamente diferentes.
16. O assédio sexual refere-se a incidentes de atenção indesejada que não sejam muito sérios.
17. O assédio sexual tem pouco a ver com poder.
18. Sexismo e assédio sexual são duas coisas completamente diferentes.
19. Toda esta preocupação em torno do assédio sexual torna mais difícil as relações normais entre homens e mulheres.

Escala de Distress

Não existem respostas certas ou erradas. Considerando a forma como se tem sentido durante os últimos 30 dias, responda às questões abaixo, utilizando a seguinte escala:

1 - Nenhum dia
2 - Poucos dias
3 - Alguns dias
4 - A maior parte dos dias
5 - Todos os dias

1. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu cansado/a sem nenhuma razão aparente?
2. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu nervoso/a?
3. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu nervoso/a ao ponto de nada o/a conseguir acalmar?
4. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu sem esperança?
5. Durante os últimos 30 dias com que frequência se sentiu irrequieto/a ou agitado/a?
6. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu irrequieto/a ao ponto de não conseguir parar quieto/a?
7. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu deprimido/a?
8. Durante os últimos 30 dias, com que frequência sentiu que tudo era um esforço?
9. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu tão triste que nada o/a conseguiu animar?
10. Durante os últimos 30 dias, com que frequência se sentiu inútil?

Escala de Pensamentos Negativos Intrusivos

Recorrendo à escala abaixo, por favor, selecione a opção que melhor descreve a frequência com que cada uma destas coisas lhe acontece quando experiência um problema:

1 - Nunca
2 - Quase nunca
3 - Às vezes
4 - Frequentemente
5 - Quase sempre

1. Fico acordado/a à noite a pensar sobre as coisas.
2. Quando tenho um problema, não o consigo tirar da minha cabeça.
3. Quando alguma coisa me chateia, estou sempre a pensar nisso.
4. Fico a cismar sobre as coisas.
5. Quando algo difícil se aproxima, fico o tempo todo a pensar nisso.

Escala de Resiliência

As seguintes frases referem-se a uma variedade de comportamentos que podemos julgar possuir num maior ou menor grau. Avalie cada frase considerando a frequência com que cada frase se aplica a si, usando a seguinte escala:

1 - Nunca
2 - Raramente
3 - Às vezes
4 - Quase sempre
5 – Sempre

1. Sinto que me conheço bem.
2. Gosto de mim como sou.
3. Julgo ter capacidades para ser bem-sucedido/a na vida.
4. Sinto-me bem com o corpo que tenho.
5. Sinto que tenho uma boa autoestima.
6. Tenho total confiança nas minhas capacidades para resolver os meus problemas.
7. Tenho conseguido superar as adversidades que a vida me tem colocado.
8. Consigo minimizar os efeitos negativos das adversidades.
9. Assumo os meus problemas, dando-lhes a importância que têm, sem os subvalorizar ou sobrevalorizar.
10. Quando uma situação não é passível de ser mudada, aceito esse facto com serenidade.

Anexo B
Autorização para a Utilização dos Instrumentos

M. Manuela Peixoto <psi.mmpeixoto@gmail.com>
para mim, olga.cunha

Bom dia Margarida,
desde já agradecemos o seu interesse na escala, e autorizamos a utilização da mesma.
Em anexo enviamos a escala e o artigo da sua validação.

Votos de bom trabalho

Manuela Peixoto, PhD

Psicóloga (cédula profissional 13021)
Especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde e em Sexologia (OPP)
Psicóloga Clínica e da Saúde da Linha de Aconselhamento Psicológico do SNS24
Terapeuta Sexual (SPSC)

•••

2 anexos • Verificado pelo Gmail

PINTS_pt.docx

2021 - Translation...

Manuel Jacinto de Ascensão Jardim <jacinto.jardim@uab.pt>
para mim

Cara Margarida Ramos,

Agradeço desde já o seu interesse na nossa escala.

Junto anexo a referida escala.

No final da investigação, agradecemos que partilhe connosco os resultados conseguidos.

Ao dispor para ulteriores esclarecimentos

Com os melhores cumprimentos

Jacinto Jardim

Jacinto Jardim, PhD

Manuel Jacinto de Ascensão Jardim

.Professor e Investigador com Agregação da Universidade Aberta (UAb)

.Coordenador do Mestrado em Empreendedorismo e Cidadania Global (MECG)

.Cocoordenador do Centro de Estudos Globais

.Diretor do Gabinete Empreende (GabEECG)

Departamento de Ciências Sociais e Gestão | R. Escola Politécnica 141, 1250-100 Lisboa, Portugal

DCSG UAb |ORCID | Scopus | Publons | Google Scholar | ResearchGate | Lattes

•••

...

[Mensagem reduzida] Ver toda a mensagem

Um anexo • Verificado pelo Gmail

PDF Resilience Scale-...

Anexo C
Proposta de Projeto/Dissertação

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

Proposta de Projeto/Dissertação/Investigação

Código | IMP-EM-EI-57_05

☒ 1ª Proposta	☐ Proposta de substituição

Este documento deve ser preenchido eletronicamente com o máximo rigor respeitando a formatação dos campos a preencher. Não serão aceites documentos que não respeitem as normas estabelecidas, preenchidos manualmente (exceto assinaturas e datas), alterados com corretor ou rasurados.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO				ANO LETIVO	
☐ MIMD	☐ MICF	☐ MIMV	☐ MAC	☐ MNC	☐ MPFC
☐ MTLCF	☒ MPCS	☐ LCN	☐ MAS	☐ LCFC	☐ LP
☐ Outro enquadramento, especificar:					
Área Científica (CNAEF) Principal do Trabalho	☒ 311 (Psicologia) ☐ 421 (Biologia e Química) ☐ 442 (Química) ☐ 460 (Matemática e Estatística) ☐ 720 (Saúde) ☐ 721(Medicina) ☐ 724 (Ciências Dentárias) ☐ 726 (Terapia e Reabilitação) ☐ 727 (Ciências Farmacêuticas) ☐ Outra - Qual? _____				

TÍTULO DO TRABALHO

Português:	Assédio sexual em estudantes do ensino superior
Inglês:	Sexual harassment in higher education students

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE *(aluno ou investigador responsável)*

Nome	Margarida Ramos		
N.º aluno *(se aplicável)*	114229		
Telefone	+351914035356	E-mail	Margaridamc.ramos@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO DO ORIENTADOR *(se aplicável)*

Nome	Jorge Cardoso		
Grau		Instituição	Instituto Universitário Egas Moniz
Telefone	+351933402583	E-mail	jorgecardosopsi@gmail.com
☒	Aceito orientar	Assinatura:	

IDENTIFICAÇÃO DO CO-ORIENTADOR *(se aplicável)*

Nome	Marta Reis		
Grau		Instituição	Instituto Universitário Egas Moniz

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

Proposta de Projeto/Dissertação/Investigação

Código | IMP-EM-EI-57_05

Telefone	+351916296339	E-mail	reispmarta@gmail.com
☒	Aceito co-orientar	Assinatura:	

IDENTIFICAÇÃO DO CO-ORIENTADOR *(se aplicável)*

Nome			
Grau		Instituição	
Telefone		E-mail	
☐	Aceito co-orientar	Assinatura:	

OUTROS MEMBROS DA EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO *(se aplicável; anexar CV, no caso de elemento externo)*

DISSERTAÇÃO/INVESTIGAÇÃO ASSOCIADA A PROJETO CIENTÍFICO *(se aplicável)*	
☒ Não	☐ Sim (se Sim, qual?)
Título do Projeto	
Laboratório Associado	☐ CiiEM ☐ Externo
Nome do Laboratório	
Responsável do Laboratório	

Área Temática do CiiEM *(se aplicável)*

☐ Clinical Research ☐ Environmental Health Research

☐ Public Health Microbiology ☐ Forensic and Psychology Research

Concurso do CiiEM *(se aplicável)*

☐ CiiEM Investiga ☐ CiiEM StarUp

☐ CiiEM EduCom ☐ CiiEM StarStudent

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO
A recolha de dados será realizada junto de estudantes do ensino superior, tanto público como privado, universitário e politécnico, pretendendo-se abranger todo o país. A recolha de dados ocorrerá com recurso a um protocolo de investigação disponibilizado online, que incluirá todos os instrumentos utilizados no estudo. O estudo será realizado utilizando a técnica de recolha bola de neve, iniciado

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

através do apoio de associações de estudantes, universidades e professores, bem como para aumentar o número de participantes da amostra, as redes sociais da investigadora, como o *Instagram*, *Facebook* e *Linkedin*.

Este estudo será realizado de acordo com os princípios éticos descritos na Declaração de Helsínquia (World Medical Association, 2013) e pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP, 2021), assegurando-se o consentimento dos inquiridos e a confidencialidade das informações recolhidas.

TIPO DE TRABALHO
Deve indicar apenas um tipo de investigação: Primária ou Secundária e não as duas em simultâneo (ver Instrução anexa)

Investigação primária (envolve a recolha de dados novos à data do projeto de investigação)	
Tipo de Investigação	☒ Fundamental
	☐ Aplicada
Metodologia de Investigação	☒ Quantitativa ☐ Qualitativa ☐ Mista
Desenho do Estudo	☒ Descritivo
	☒ Correlacional/Epidemiológico
	☐ Quase-Experimental
	☐ Experimental
	☐ Estudo de Caso
	☐ Outro Especificar de acordo com as tipologias da instrução *(se aplicável)*:

Investigação secundária (envolve o uso de dados recolhidos no passado, através de pesquisa e a sua análise, interpretação ou revisão)		
☐ Revisão narrativa	☐ Revisão sistemática	☐ Meta-análise

TRABALHO A SUBMETER À COMISSÃO DE ÉTICA	☒ Sim	☐ Não

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

Proposta de Projeto/Dissertação/Investigação

Código | IMP-EM-EI-57_05

RESUMO DO TRABALHO

[Incluir enquadramento devidamente referenciado e objetivo]

Enquadramento:

O assédio sexual é uma temática que tem vindo a ser cada vez mais discutida nos últimos anos, no entanto comportamentos de carácter assediante tem estado presente na nossa sociedade desde sempre. Este fenómeno começou a emergir quando as exigências económicas da Segunda Guerra Mundial começaram a ser sentidas (Harris, 1981). Anteriormente, as mulheres desempenhavam tarefas domésticas, enquanto os homens trabalhavam fora de casa. Contudo, quando as consequências da guerra começaram a ser sentidas, as mulheres foram obrigadas a sair à rua e a ingressar no mercado de trabalho, substituindo os homens que tinham partido para a guerra. Esta mudança nos papéis tradicionais de género fez com que mulheres e homens começassem a interagir e a socializar de novas maneiras, especialmente no contexto laboral (Gluck, 1987). No entanto, as mulheres eram consideradas trabalhadoras secundárias e sujeitas a condições diferentes das dos seus colegas homens, incluindo benefícios, salários e responsabilidades distintas. Este tratamento desigual em função do género do trabalhador culminou no fenómeno do assédio sexual (Davidson & Cooper, 1992). Visando uma melhor compreensão das condutas de assédio, no início dos anos 80 foram definidas cinco categorias comportamentais, com base nas experiências relatadas por estudantes universitárias: assédio sexual, comportamento sedutor, suborno sexual, coerção sexual e imposição ou agressão sexual (Till, 1980). Posteriormente, em 1992, Gruber categorizou o assédio sexual em 11 tipos específicos, sistematizados em três categorias principais: pedidos verbais, observações verbais e comportamentos não-verbais. Cada categoria foi organizada por ordem decrescente de gravidade em relação aos tipos de assédio. Um sistema mais amplamente aceite foi desenvolvido pelo U.S. Merit System Protection Board, em 1988, que identificou sete comportamentos de assédio, classificados através de três níveis de gravidade. Estes esforços resultaram na criação de um instrumento que possibilita avaliar a prevalência do assédio sexual, o Questionário de Experiências Sexuais (Fitzgerald et al., 1988; Fitzgerald, Gelfand, & Drasgow, 1995), baseado no *Tripartite Model of Sexual Harassment* (Fitzgerald et al., 1997).

Segundo Gelfand, Fitzgerald e Drasgow (1995), o assédio sexual pode ser divido em três dimensões: discriminação de género; atenção sexual indesejada; coerção sexual. A discriminação de género refere-se a comportamentos verbais ou não-verbais hostis, insultuosos e degradantes,

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

direcionados a grupos considerados minoritários. A atenção sexual indesejada diz respeito a comportamentos verbais ou não-verbais indesejados, intrusivos e ofensivos, como convites para encontros, cartas, telefonemas, apalpões, toques indesejados, imposições sexuais e abuso. Por fim, a coerção sexual, tende a estar associada ao contexto de trabalho, e refere-se a ameaças e subornos, explícitos ou subtis, com o intuito de que a pessoa assediada possa obter algum benefício laboral em troca de cooperação sexual.

Dito isto, o assédio sexual, que de acordo com a Legislação Portuguesa é considerado crime (Artigo 170º do Código Penal, Importunação Sexual), é definido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima como "Todo o comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não-verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador" (APAV, 2015, p.1). O assédio sexual abrange uma variedade de comportamentos, tais como expressões com conotação sexual, como olhares obscenos e gestos obscenos, piadas com conotação sexual, comentários sexuais ofensivos, toques indesejados (Reilly et al., 1986), comentários inapropriados sobre o corpo, a aparência ou o comportamento sexual de alguém (Cantor et al., 2015), diferentes dinâmicas de poder (Andsager et al., 1997), microagressões sexistas, que incluem ser ignorada, ser alvo de piadas sexistas (Barthelemy et al., 2016) e experienciar sexismo subtil (Taylor et al., 2018).

Esta temática, que tem vindo a ser cada vez mais debatida e encarada como um problema sério, começou por receber mais atenção no meio laboral (Malovich & Stake, 1990). No entanto, está presente em inúmeros contextos, incluindo transportes públicos, contextos de ensino e desportivos, convívios socias, em casa e online. Pode ocorrer em interações cara-a-cara, bem como através de telemóveis, mensagens, redes socias, e-mail, entre outros (Burn, 2019).

Recentemente, o assédio sexual no ensino superior tem vindo a ser alvo de crescente atenção, embora não seja um problema social novo (Huerta et al., 2006). Em Portugal, a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) realizou um estudo sobre a violência sexual em contexto académico, tendo constatado que 94,1% das mulheres inquiridas já tinham sido vítimas de assédio sexual (UMAR, 2018).

O assédio sexual tem graves repercussões para as vítimas, podendo afetá-las a curto e longo prazo, quer a nível físico, e psicológico, quer no domínio académico (Huerta et al., 2006). Entre

outras, podem surgir perturbações alimentares (Harned, 2000), humor deprimido, ansiedade, dificuldades de concentração e diminuição da ambição, autoconfiança e autoestima (Cleary et al., 1994). Além disso, o assédio sexual pode estar associado a sintomatologia de perturbação de stress pós-traumático (Dansky & Kilpatrick, 1997) e a um estado de *distress*, perturbações de sono, redução da satisfação académica e abuso de substâncias como o álcool (Huerta et al., 2006; Monks et al., 1999), bem como baixo desempenho académico, e um sentido generalizado de insegurança no ambiente universitário (Cipriano et al., 2022).

A consciência sobre o assédio sexual é influenciada pelas perceções das pessoas acerca do que constitui assédio sexual e pelas suas atitudes em relação ao mesmo (Mazer & Percival, 1989). De acordo com a literatura, existem diferenças de género no que diz respeito à perceção de assédio sexual, o que, consequentemente, tem impacto nos comportamentos que as pessoas rotulam ou identificam como comportamentos de assédio sexual, ou seja, se os consideram ofensivos. Além disso, diversos estudos também identificam diferenças entre homens e mulheres, assim como entre faixas etárias, em relação à tolerância a esses comportamentos. Estes fatores desempenham um papel crucial nas denúncias de casos de assédio sexual (Mazer & Percival, 1989).

O *distress*, pode ser definido como um funcionamento psicológico mal adaptativo face a eventos que causam stress na vida do indivíduo (Abeloff et al., 2000). Estes episódios stressantes, podem trazer ao indivíduo danos temporários ou em casos mais graves, danos permanentes, visto que o indivíduo fica num estado emocional mais vulnerável, levando a uma rutura significativa no bem-estar individual (Ridner, 2004; Sparrenberger et al., 2003). Segundo Bucchianeri (2014), as experiências de assédio sexual conduzem a efeitos bastante negativos na saúde mental de uma pessoa. Por outras palavras, são consideradas como um indicador significativo de sofrimento psicológico, manifestando-se em sintomas de ansiedade e depressão, entre outros (Huerta et al., 2006). Os pensamentos negativos repetitivos, também conhecidos como ruminação ou preocupação excessiva, são pensamentos persistentes e recorrentes sobre eventos, situações ou emoções negativas que são experienciados como difíceis de controlar. Estes pensamentos podem focar-se em problemas atuais, experiências passadas e relativamente a preocupações futuras. Encontram-se presentes em perturbações emocionais, afetivas, perturbações de ansiedade entre outras (Ehring & Watkins, 2008). De acordo com a literatura, o stress pós-traumático pode ser uma das consequências ao experienciar assédio sexual, no qual a presença de pensamentos intrusivos é um dos muitos sintomas desta

condição. Indivíduos que foram alvo de assédio sexual ruminam frequentemente as suas experiências passadas, o que leva ao surgimento de pensamentos negativos (Gautam, 2019; Stockdale, 2009). Segundo Lorenz e colaboradores (2019), as experiências de assédio sexual podem ser preditores de desvinculação académica, podendo manifestar se em comportamentos como dormir nas aulas, obter piores notas, faltar às aulas (Huerta et al., 2006), menos foco relativamente às responsabilidades académicas (Cortina et al., 1998), mudar de curso e, em última instância, abandonar a faculdade, entre outros (Cortina et al., 1998; Fitzgerald, 1990). Por outras palavras, o assédio sexual não apenas afeta negativamente os domínios académicos (i.e. motivações, assiduidade, atitudes académicas, desempenho académico) mas também acarreta implicações para o bem-estar físico e psicológico dos estudantes (Huerta et al., 2006).

Por fim, a resiliência pode ser definida como a capacidade de uma pessoa para se adaptar de maneira positiva, mesmo quando confrontada com situações difíceis, adversas e quando é exposta a fatores de risco (Luthar, 2006; Masten, 2001). De acordo com Athanasiades (2023), pessoas com menores níveis de resiliência tendem a ter mais experiências de assédio sexual, ou seja, a resiliência funciona como fator de vulnerabilidade para a vitimização. Apesar disso, a resiliência também pode atuar como um fator protetivo contra este tipo de experiências, ou seja, maiores níveis de resiliência encontram-se associados a consequências menos intensas.

Apesar dos números referidos há ainda escassez de informação e muitas lacunas sobre esta temática em Portugal. As variáveis propostas não foram ainda estudadas em conjunto, principalmente no contexto académico. Portanto, é de extrema importância a recolha de dados sobre esta realidade, de bastante atenção mediática, uma vez que apresenta consequências nefastas para o bem-estar psicológico, físico e académico das suas vítimas (Huerta et al., 2006).

Objetivos:

O objetivo geral do presente estudo é promover uma melhor compreensão do assédio sexual no contexto do Ensino Superior em Portugal, bem como de alguns dos fatores psicológicos que lhe possam estar associados, designadamente: sofrimento psicológico (distress), pensamentos negativos e intrusivos, percurso académico, e resiliência.

Especificamente, pretendemos:

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

Proposta de Projeto/Dissertação/Investigação

Código | IMP-EM-EI-57_05

- Avaliar a prevalência das experiências de assédio sexual em estudantes do Ensino Superior, caracterizando as suas formas, agentes, contextos, e variabilidade em função de características sociodemográficas.
- Avaliar as atitudes perante o assédio sexual em estudantes do Ensino Superior, e explorar se as características sociodemográficas produzem variabilidade nestas atitudes.
- Avaliar as associações entre as variáveis em estudo: experiências de assédio sexual, atitudes perante o assédio sexual, sofrimento psicológico (distress), pensamentos negativos e intrusivos, percurso académico e resiliência.
- Analisar comparativamente aspetos relacionados com as atitudes perante o assédio sexual, o sofrimento psicológico (distress), os pensamentos negativos e intrusivos, o percurso académico e a resiliência dos estudantes vítimas/não-vítimas de assédio sexual.

METODOLOGIAS

[Incluir descrição sumária do(s) método(s)]

Metodologia

A investigação irá apresentar um desenho de investigação quantitativo, descritivo e transversal com amostragem não-probabilística, do tipo bola de neve.

Participantes:

Pretende-se alcançar uma amostra de aproximadamente 600 participantes que frequentam o ensino superior. Serão estabelecidos critérios de inclusão para a participação do estudo: apresentar idade superior ou igual a 18 anos; frequentar um estabelecimento de ensino superior português; ter nacionalidade portuguesa. Serão excluídos todos os participantes que não apresentarem os critérios de inclusão.

Instrumentos:

- **Questionário Sociodemográfico**

Este questionário tem o intuito de analisar fatores sociodemográficos (i.e. idade, sexo biológico, orientação sexual, área de estudos, ciclo de estudos).

- **Questionário de Percurso Académico**

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

Foram adaptadas um conjunto de questões destinadas a avaliar a variável percurso académico. Com esse objetivo e com base na literatura, foram abordadas as seguintes áreas associadas ao percurso académico (i.e. motivação, atitudes, assiduidade e desempenho académico) (Cortina et al., 1998; Fitzgerald, 1990; Huerta et al., 2006). A variável percurso académico irá ser avaliada a partir de seis questões: Ultimamente tenho adormecido nas aulas; ultimamente tenho descido as notas; ultimamente tenho me sentido menos focado com as minhas responsabilidades académicas; ultimamente tenho faltado às aulas; ultimamente tenho pensado em mudar de curso; ultimamente tenho pensado em desistir da faculdade. Estes itens iriam ser cotados através de uma escala de tipo Likert de 5 pontos (1 - Nenhum dia; 2 - Poucos dias; 3 - Alguns dias; 4 - A maior parte dos dias; 5 - Todos os dias).

- **Questionário de Experiências Sexuais** (Sexual Experience Questionnaire, SEQ – Fitzgerald et al., 1988; Fitzgerald, Gelfand, & Drasgow, 1995).

É um instrumento de autopreenchimento, que será validado para a população portuguesa, com o intuito de avaliar a prevalência das experiências sexuais não desejadas. Esta escala é constituída por 19 itens, cotados através de uma escala tipo Likert de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Uma vez; 3 - Várias vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Muito frequentemente). Em que uma pontuação mais elevada está associada a um maior número de experiências sexuais não desejadas. É baseado no *Tripartite Model of Sexual Harassment* (Fitzgerald et al., 1997), que inclui itens relacionados com a discriminação de género, atenção sexual indesejada e coerção sexual.

- **Escala de Atitudes face ao Assédio Sexual** (Sexual Harassment Attitude Scale, SHAS - Mazer & Percival, 1989).

É um instrumento de autopreenchimento, que será validado para a população portuguesa, com o intuito de avaliar as atitudes sobre perante o assédio sexual. Esta escala é constituída por 19 itens, cotados através de uma escala tipo Likert de 5 pontos (1 - Discordo fortemente; 2 – Discordo; 3 - Não concordo, nem discordo; 4 – Concordo; 5 - Concordo fortemente). Uma pontuação mais elevada sugere maior aceitação e tolerância em relação a comportamentos de assédio sexual.

- **Escala de Distress** (Kessler Psychological Distress Scale, K10 - Kessler & Mroczek, 1994; Pereira et al, 2019).

É um instrumento de autopreenchimento, validado para a população portuguesa, com o intuito de avaliar a presença de sofrimento psicológico. Esta escala é constituída por 10 itens, cotados através

de uma escala de tipo Likert de 5 pontos (1 - Nenhum dia; 2 - Poucos dias; 3 - Alguns dias; 4 - A maior parte dos dias; 5 -Todos os dias). Uma pontuação mais elevada indica maiores níveis de sofrimento psicológico.

- **Escala de Pensamentos Negativos Intrusivos** (Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale, PINTS – Magson et al, 2019; Peixoto & Cunha, 2017).

É um instrumento de autopreenchimento, validado para a população portuguesa, com o intuito de avaliar a presença de pensamentos repetitivos, negativos e desadaptativos. Esta escala é composta por 5 itens, cotados através de uma escala tipo Likert de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Quase nunca; 3 - às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Quase sempre), que permite chegar às 3 características principais do pensamento negativo e repetitivo que são: (a) repetitivo, (b) intrusivo, (c) difícil de desativar, propostas por Ehring et al (2017). Uma pontuação mais elevada indica maiores níveis de pensamentos repetitivos, negativos e desadaptativos.

- **Escala de Resiliência** (The Resilience Scale, RS – Wagnild & Young, 1993; (RS-10) Jardim, Pereira & Bártolo, 2021).

É um instrumento de autopreenchimento, validado para a população portuguesa, com o intuito de avaliar a capacidade de enfrentar situações difíceis e situações do dia a dia, nas dimensões da autodeterminação e adaptabilidade. Esta escala é constituída por 10 itens, cotados através de uma escala tipo Likert de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Quase nunca; 3 - às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Quase sempre) e distribuídos por dois fatores: autodeterminação (itens 1, 2, 3, 4, 5) e adaptabilidade (itens 6, 7, 8, 9, 10). A pontuação da escala total varia entre 50 e 10, a pontuação da subescala autodeterminação e adaptabilidade varia ente 5 e 25. Uma pontuação mais elevada indica maiores níveis de resiliência.

Análise Estatística:

A análise estatística irá ser realizada com recurso ao Software IBM SPSS Statistics (versão 29) e o nível de significância utilizada será $p \leq 0.05$. Primeiramente, irá proceder-se à análise descritiva das características sociodemográficas dos participantes e variáveis psicológicas totais e subescalas (i.e. média, desvio padrão, mínimo e máximo), de modo a avaliar a normalidade da amostra (i.e assimetria e curtose) e fiabilidade dos instrumentos através do alfa de *Cronbach*.

Irá ser realizada uma análise comparativa para averiguar as diferenças entre géneros, idades, vítimas/não/vitimas através do Qui-Quadrado ou t-*Student* ou da ANOVA. Posteriormente irá ser

realizada uma análise correlacional ou preditiva, para averiguar a associação das variáveis em estudo: experiências de assédio sexual, atitudes perante o assédio sexual, sofrimento psicológico (distress), resiliência e pensamentos negativos intrusivos, através de teste de correlação e regressões.

PALAVRAS-CHAVE

Assédio Sexual; Estudantes do Ensino Superior; Experiências Sexuais; Atitudes; Distress; Pensamentos Negativos e Intrusivos; Percurso Académico; Resiliência.

BIBLIOGRAFIA

[Incluir a lista numerada da bibliografia indicada no campo anterior]

Abeloff, M. D., Armitage, J. O., Lichter, A. S., & Niederhuber, J. E. (2000). *Clinical oncology.* New York, NY: Churchill Livingstone.

Andsager, J., Bailey, J. L., & Nagy, J. (1997). Sexual advances as manifestations of power in graduate programs. *Journalism & Mass Communication Educator*, *52*(2), 33-42.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2015). *Folha informativa assédio sexual.* https://apav.pt/apav_v3/images/folhas_informativas/fi_assedio_sexual.pdf

Athanasiades, C., Stamovlasis, D., Touloupis, T., & Charalambous, H. (2023). University students' experiences of sexual harassment: The role of gender and psychological resilience. *Frontiers in Psychology*, *14*. https://doi.org/10.3389%2Ffpsyg.2023.1202241

Barthelemy, R. S., McCormick, M., & Henderson, C. (2016). Gender discrimination in physics and astronomy: Graduate student experiences of sexism and gender microaggressions. *Physical Review Physics Education Research*, *12*(2), 020119. https://doi.org/10.1103/PhysRevPhysEducRes.12.020119

Bastiani, F., Romito, P., & Saurel-Cubizolles, M. J. (2019). Mental distress and sexual harassment in Italian university students. *Archives of Women's Mental Health*, *22*, 229-236. https://doi.org/10.1007/s00737-018-0886-2

Bucchianeri, M. M., Eisenberg, M. E., Wall, M. M., Piran, N., & Neumark-Sztainer, D. (2014). Multiple types of harassment: Associations with emotional well-being and unhealthy behaviors in adolescents. *Journal of Adolescent Health*, *54*(6), 724-729. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.10.205

Burn, S. M. (2019). The psychology of sexual harassment. *Teaching of Psychology*, *46*(1), 96-103. https://doi.org/10.1177/0098628318816183

Cantor, D., Fisher, B., Chibnall, S. H., Townsend, R., Lee, H., Thomas, G., & Westat, I. (2015). *Report on the AAU campus climate survey on sexual assaultand sexual misconduct*. Rockville, MD: Westat Inc.

Cipriano, A. E., Holland, K. J., Bedera, N., Eagan, S. R., & Diede, A. S. (2022). Severe and pervasive? Consequences of sexual harassment for graduate students and their Title IX report outcomes. *Feminist Criminology*, *17*(3), 343-367. http://dx.doi.org/10.1177/15570851211062579

Cleary, J. S., Schmieler, C. R., Parascenzo, L. C., & Ambrosio, N. (1994). Sexual harassment of college students: Implications for campus health promotion. *Journal of American College Health*, *43*(1), 3-10. https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/07448481.1994.9939077

Collinsworth, L. L., Fitzgerald, L. F., & Drasgow, F. (2009). In harm's way: factors related to psychological distress following sexual harassment. *Psychology of Women Quarterly*, *33*(4), 475-490. https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1471-6402.2009.01525.x

Cortina, L. M., Swan, S., Fitzgerald, L. F., & Waldo, C. (1998). Sexual harassment and assault: Chilling the climate for women in academia. *Psychology of Women Quarterly*, *22*(3), 419-441. https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1471-6402.1998.tb00166.x

Davidson, M. J., & Cooper, C. L. (1992). *Shattering the glass ceiling: The woman manager*. Paul Chapman Publishing.

Ehring, T., & Watkins, E. R. (2008). Repetitive negative thinking as a transdiagnostic process. *International Journal of Cognitive Therapy*, *1*(3), 192-205. https://psycnet.apa.org/doi/10.1680/ijct.2008.1.3.192

Fitzgerald, L. F. (1990). Sexual harassment: The definition and measurement of a construct. *Ivory Power: Sexual Harassment on Campus*, *21*(22), 24-30.

Fitzgerald, L. F., Gelfand, M. J., & Drasgow, F. (1995). Measuring sexual harassment: Theoretical and psychometric advances. *Basic and Applied Social Psychology*, *17*(4), 425-445. https://psycnet.apa.org/doi/10.1207/s15324834basp1704_2

Fitzgerald, L. F., Swan, S., & Magley, V. J. (1997). But was it really sexual harassment?: Legal, behavioral, and psychological definitions of the workplace victimization of women. In W.

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

O'Donohue (Ed.), *Sexual Harassment: Theory, Research, and Treatment*, ed. W O'Donohue, pp. 5–28. Boston: Allyn & Bacon.

Fitzgerald, L. F., Shullman, S. L., Bailey, N., Richards, M., Swecker, J., Gold, Y., ... & Weitzman, L. (1988). The incidence and dimensions of sexual harassment in academia and the workplace. *Journal of Vocational Behavior*, *32*(2), 152-175. https://psycnet.apa.org/doi/10.1016/0001-8791(88)90012-7

Gautam, N., Sapakota, N., Shrestha, S., & Regmi, D. (2019). Sexual harassment in public transportation among female student in Kathmandu valley. *Risk Management and Healthcare Policy*, 105-113. https://doi.org/10.2147/rmhp.s196230

Gelfand, M. J., Fitzgerald, L. F., & Drasgow, F. (1995). The structure of sexual harassment: A confirmatory analysis across cultures and settings. *Journal of Vocational Behavior*, *47*(2), 164-177. https://psycnet.apa.org/doi/10.1006/jvbe.1995.1033

Gluck, S. B. (1987). *Rosie the riveter revisited: Women, the war, and social change*. Boston: Twayne Publishers.

Gruber, J. E. (1992). A typology of personal and environmental sexual harassment: Research and policy implications for the 1990s. *Sex Roles*, *26*, 447-464. http://dx.doi.org/10.1007/BF00289868

Harned, M. S. (2000). Harassed bodies: An examination of the relationships among women's experiences of sexual harassment, body image, and eating disturbances. *Psychology of Women Quarterly*, *24*(4), 336-348. https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1471-6402.2000.tb00216.x

Harris, M. (1981). *Why America changed: Our cultural crisis*. New York: Simon & Schuster.

Huerta, M., Cortina, L. M., Pang, J. S., Torges, C. M., & Magley, V. J. (2006). Sex and power in the academy: Modeling sexual harassment in the lives of college women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *32*(5), 616-628. https://psycnet.apa.org/doi/10.1177/0146167205284281

Jardim, J., Pereira, A., & Bártolo, A. (2021). development and psychometric properties of a scale to measure resilience among Portuguese university students: Resilience Scale-10. *Education Sciences*, *11*(2), 61. https://doi.org/10.3390/educsci11020061

Jornal Diário de Notícias. (2018, maio). *Assédio Sexual no Contexto Académico de Coimbra*. https://www.dn.pt/portugal/estudo-revela-assedio-sexual-em-grande-escala-no-contexto-academico-de-coimbra-9368419.html

Kessler, R., & Mroczek, D. (1994). Final versions of our non-specific psychological distress

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

scale. *Ann Arbor, MI: Survey Research Center of the Institute for Social Research, University of Michigan*.

Lorenz, K., Kirkner, A., & Mazar, L. (2019). Graduate student experiences with sexual harassment and academic and social (dis) engagement in higher education. *Journal of Women and Gender in Higher Education*, *12*(2), 205-223. http://dx.doi.org/10.1080/19407882.2018.1540994

Luthar, S. S. (2015). Resilience in development: A synthesis of research across five decades. *Developmental Psychopathology: Volume Three: Risk, Disorder, and Adaptation*, 739-795. https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch20

Magson, N. R., Rapee, R. M., Fardouly, J., Forbes, M. K., Richardson, C. E., Johnco, C. J., & Oar, E. L. (2019). Measuring repetitive negative thinking: Development and validation of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale (PINTS). *Psychological Assessment*, *31*(11), 1329. https://doi.org/10.1037/pas0000755

Malovich, N. J., & Stake, J. E. (1990). Sexual harassment on campus: Individual differences in attitudes and beliefs. *Psychology of Women Quarterly*, *14*(1), 63-81. https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00005.x

Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, *56*(3), 227. https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.56.3.227

Mazer, D. B., & Percival, E. F. (1989). Ideology or experience? The relationships among perceptions, attitudes, and experiences of sexual harassment in university students. *Sex Roles: A Journal of Research*, *20*(3-4), 135-147. https://psycnet.apa.org/doi/10.1007/BF00287987

Monks, S. M., Tomaka, J., Palacios, R., & Thompson, S. E. (2010). Sexual victimization in female and male college students: Examining the roles of alcohol use, alcohol expectancies, and sexual sensation seeking. *Substance Use & Misuse*, *45*(13), 2258-2280. http://dx.doi.org/10.3109/10826081003694854

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2021*). Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/regulamento_nao_637_2021.pdf

Peixoto, M. M., & Cunha, O. (2021). Translation and validation for the portuguese adult population of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale: Assessing measurement

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

invariance. *International Journal of Cognitive Therapy*, *14*, 724-737. http://dx.doi.org/10.1007/s41811-021-00120-y

Pereira, A., Oliveira, C. A., Bártolo, A., Monteiro, S., Vagos, P., & Jardim, J. (2019). Confiabilidade e estrutura fatorial da Escala de Distress Psicológico de Kessler de 10 itens (K10) entre adultos portugueses. *Ciência & Saúde Coletiva*, *24*, 729-736. https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.06322017

Reilly, M. E., Lott, B., & Gallogly, S. M. (1986). Sexual harassment of university students. *Sex Roles*, *15*, 333-358. https://psycnet.apa.org/doi/10.1007/BF00287976

Ridner, S. H. (2004). Psychological distress: concept analysis. *Journal of Advanced Nursing*, *45*(5), 536-545. https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.2003.02938.x

Sbraga, T. P., & O'donohue, W. (2000). Sexual harassment. *Annual Review of Sex Research*, *11*(1), 258-285.

Sparrenberger, F., Santos, I. D., & Lima, R. D. C. (2003). Epidemiologia do distress psicológico: estudo transversal de base populacional. *Revista de Saúde Pública*, *37*, 434-439. https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000400007

Stockdale, M. S., Logan, T. K., & Weston, R. (2009). Sexual harassment and posttraumatic stress disorder: Damages beyond prior abuse. *Law and Human Behavior*, *33*, 405-418. https://psycnet.apa.org/doi/10.1007/s10979-008-9162-8

Taylor, E. A., Smith, A. B., Welch, N. M., & Hardin, R. (2018). "You should be flattered!": Female sport management faculty experiences of sexual harassment and sexism. *Women in Sport and Physical Activity Journal*, *26*(1), 43-53. http://dx.doi.org/10.1123/smej.2020-0021

Till, F. J. (1980). *Sexual harassment: A report on the sexual harassment of students*. US Department of Education.

United States. Merit Systems Protection Board. (1988). *Sexual harassment in the federal government: An update*. US Merit Systems Protection Board.

Wagnild, G. M., & Young, H. M. (1993). Development and Psychometric evaluation of the Resilience Scale. *Journal of Nursing Measurement*, *1*(2), 165-17847.

Wolff, J. M., Rospenda, K. M., & Colaneri, A. S. (2017). Sexual harassment, psychological distress, and problematic drinking behavior among college students: An examination of reciprocal causal

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

Proposta de Projeto/Dissertação/Investigação

Código | IMP-EM-EI-57_05

relations. *The Journal of Sex Research, 54*(3), 362-373. https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1143439

World Medical Association. (2013). World Medical Association Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects. *JAMA, 310*(20), 2191–2194. https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/1760318/

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MÊS/ANO										
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Junho	Julho
Recolha bibliográfica	X	X									
Elaboração de Proposta de Projeto	X	X									
Entrega de Proposta de Projeto			X								
Revisão de Literatura		X	X	X							
Elaboração do Protocolo de Investigação (Questionário Google Forms)		X	X								
Entrega do Primeiro Relatório				X							
Aplicação do Questionário online com recolha de respostas				X	X	X					
Tratamento de dados em software estatístico SPSS							X	X			
Entrega do Segundo Relatório							X				
Elaboração dos Resultados								X	X		
Elaboração da Discussão e Conclusão									X	X	
Submissão à Comissão Científica											X
Entrega de dissertação											X
DATA PREVISTA PARA A CONCLUSÃO DO TRABALHO		Julho de 2024									

NOTAS / OBSERVAÇÕES

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

Proposta de Projeto/Dissertação/Investigação

Código | IMP-EM-EI-57_05

Assinatura do proponente[1]		Data	/ /

PARECER DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO CURSO, OU EQUIVALENTE, NOMEADA PELO CONSELHO CIENTÍFICO

☐ Aprovado	☐ Aprovado Condicionalmente[2]	☐ Não Aprovado[2]	
Fundamentação[2]:			
Assinatura do Presidente		Data	/ /

APROVAÇÃO PELO CONSELHO CIENTÍFICO

☐ Aprovado	☐ Aprovado Condicionalmente[2]	☐ Não Aprovado[2]	
Fundamentação[2]:			
Assinatura do Presidente[3]		Data	/ /

[1] Entregar impresso preenchido e assinado no Secretariado Científico-Pedagógico
[2] Fundamentação obrigatória no caso de aprovação condicional ou reprovação
[3] Enviar cópia da decisão ao Proponente

17/17

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611

Anexo D
Aprovação da Comissão de Ética

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE

Comissão de Ética EGAS MONIZ

Plataforma: PT-301/23
Processo Interno nº 1307
Adenda

Ex.ma Senhora
Margarida da Mota Cardoso Ramos

Monte de Caparica, 25 de janeiro de 2024.

Ex.ma Senhora,

Em resposta ao Pedido de Parecer que submeteu à apreciação da Comissão de Ética da Egas Moniz, com o tema denominado **"Assédio sexual em estudantes do ensino superior."**, foi aprovado.

A Presidente da Comissão de Ética da Egas Moniz

Profª Doutora Cidália de Castro

EGAS MONIZ – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR, CRL
Campus Universitário – Quinta da Granja – Monte de Caparica
2829-511 Caparica

Anexo E
Consentimento Informado

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE

Consentimento Informado
Código| IMP-EM-PE-17_03

Monte de Caparica, 26 de outubro de 2023

Exmo.(a) Sr.(a),

No âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Unidade Curricular de Seminário de Dissertação da Egas Moniz School of Health & Science, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Cardoso e da Professora Doutora Marta Reis, solicita-se autorização para a participação no estudo Assédio Sexual em Estudantes do Ensino Superior com o objetivo de promover uma melhor compreensão do assédio sexual no contexto do Ensino Superior em Portugal, bem como de alguns dos fatores psicológicos que lhe possam estar associados. A sua participação consistirá na resposta a um conjunto de questionários disponibilizados online, referentes a possíveis experiências de assédio sexual, atitudes perante este fenómeno, bem como ao impacto psicológico que pode estar associado a estas vivências.

A participação neste estudo é voluntária. A sua não participação não lhe trará qualquer prejuízo.
Este estudo pode trazer benefícios tais como progresso do conhecimento em relação à realidade do assédio sexual em estudantes universitários, em Portugal.

A informação recolhida destina-se unicamente a tratamento estatístico e/ou publicação e será tratada pelo(s) orientador(es) e/ou pelos seus mandatados. A sua recolha é anónima e confidencial.

(Riscar o que não interessa)
ACEITO/NÃO ACEITO participar neste estudo, confirmando que fui esclarecido sobre as condições do mesmo e que não tenho dúvidas.

_____
(Assinatura do participante ou, no caso de menores, do pai/mãe ou tutor legal)

IMP-EM-PE-17 | Aprovado | Rev. 3 | Cópia não controlada quando impressa.

Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Campus Universitário - Quinta da Granja
2829-511 Monte da Caparica, Portugal
NIF 504 218 611